



Anais da Assembleia

Nº 145

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 214ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 1975 (Quinta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Rosário Pitelli.

As catorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gâbriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivân Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cloni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Cortes (50); achando-se ausentes os Senhores Deputados Osvaldo Macedo, Luiz Carlos Zuk, Accioly Neto e José Domingos Scarpelini (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior (extraordinária) que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 25/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 197/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, objetivando a realização de exposição de produtos agropecuários no referido município. Pareceres favoráveis da CCJ e CAIC. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 25/75

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, objetivando a realização de exposição de produtos agropecuários no referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 197/74

É encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, objetivando a realização de exposição de produtos agropecuários no referido município.

Cumpra, assim, o Senhor Governador, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso o nosso parecer é favorável nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Pela aprovação. Sub-Censura.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 25/75 PARECER

O Senhor Governador do Estado encaminhou a esta Casa, para fins constitucionais para termo de Convênio celebrado entre a Secretaria de Agricultura e o município de Francisco Beltrão objetivando a realização de uma exposição de Produtos Agropecuários daquele município.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria opinou pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução que ofereceu.

Quanto ao mérito, competência desta Comissão para se pronunciar, nada temos a opor, de vez que a realização de uma Exposição Agropecuária se constitui, sempre, um acontecimento da maior importância para os nossos produtores, o que vale dizer para o nosso Estado.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1975.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Presidente e Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 14, sexta-feira, às 9,30 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 215ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 1975 (Quinta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, secre-

tariada pelos Senhores Deputados Jurandir Messias e Jayme Rodrigues de Carvalho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Cortes, (50); achando-se ausentes os Senhores Deputados Osvaldo Macedo, Luiz Carlos Zuk, Accioly Neto e José Domingos Scarpelini (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte.

E X P E D I E N T E:

MENSAGENS:

MENSAGEM 94/75 Curitiba, 6 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar — FEPPA, criado pela Lei nº 6.639, de 29 de novembro de 1974, na forma que especifica.

Em obediência ao disposto na Lei Federal nº 4.320, de 14 de março de 1974 (Normas Gerais de Direito Financeiro), o anteprojeto prevê, como recurso para a cobertura do crédito especial em questão, o necessário cancelamento de verbas, no vigente Orçamento Geral do Estado, conforme menciona.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa de Lei merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com o FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR — FEPPA, criado pela Lei nº 6.639, de 29 de novembro de 1974, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: Administração Geral do Estado

UNIDADE: Encargos Gerais do Estado

FUNÇÃO: Administração Superior e Planejamento Global

PROGRAMA: Administração

SUBPROGRAMA: Administração Geral

ATIVIDADE: Atendimento a Projetos e Atividades Especiais
DOTAÇÃO: 4801.03070212.170

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — Transferências Correntes

3.2.1.0 — Subvenções Sociais

Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar Cr\$ 2.000.000,00.

Art. 2º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante da Lei nº 6.640, de 04 de dezembro de 1974 — Orçamento Geral do Estado para o Exercício de 1975.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 95/75

Curitiba, 6 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Clevelândia, objetivando esforço conjunto no sentido de ativar o fomento agropecuário na região, através de Feira Exposição, que enseje o intercâmbio e interrelação entre os agricultores e criadores e proporcione a motivação à melhoria da produtividade.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 96/75

Curitiba, 6 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 10 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando desenvolver atividades na área de alimentação e nutrição, de acordo com diretrizes consubstanciadas no Programa de Nutrição, elaborado pela Secretaria de Saúde, segundo orientação do INAN.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado.

— à Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 97/75

Curitiba, 6 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 8 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná,

através da Secretaria do Interior, com o município de ALTÔNIA, objetivando a execução de ampliação no prédio onde funciona a Unidade Escolar do Distrito de São João.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado.

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 98/75

Curitiba, 6 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 8 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de ALTÔNIA, objetivando a execução de ampliação no prédio onde funciona a Unidade Escolar do Distrito de São Jorge.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado.

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 99/75

Curitiba, 6 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 7 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de PARAIÁ DO NORTE, objetivando a execução de melhorias nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Oscar Joseph de Plácido e Silva", o Grupo Escolar "Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco", a Escola de Aplicação e a Escola Normal "Marechal Hermes da Fonseca" da sede do referido município.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência, os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado.

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 100/75

Curitiba, 6 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 6 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de CRUZ MACHADO, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Everardo Backeuser", da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência, os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado.

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 101/75

Curitiba, 6 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 13 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de ASTORGA, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado.

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 102/75

Curitiba, 6 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 4 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de NOVA OLÍMPIA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 103/75

Curitiba, 6 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 6 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de SALTO DO ITARARÉ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "José Eugênio de Carvalho" da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a

V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado.

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 104/75

Curitiba, 6 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 6 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar “D. Maria Isabel Guimarães” da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado.

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 105/75

Curitiba, 6 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica, do Termo de Convênio celebrado em 4 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de PORTO RICO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado.

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 106/75

Curitiba, 6 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 21 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de BARBOSA FERRAZ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado.

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 107/75

Curitiba, 6 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 4 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de RIO BOM, objetivando a elaboração de projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado.

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 108/75

Curitiba, 6 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 7 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, objetivando a elaboração de projeto de galerias de águas pluviais para obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 109/75

Curitiba, 6 de novembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a Taxa de Segurança Pública, instituída pela Lei nº 5.482, de 20 de janeiro de 1967 e modificada pela Lei nº 6.638, de 29 de novembro de 1974, amoldando-as aos preceitos contidos na Lei Federal nº 6.205, de 29 de abril de 1974 e Decreto Federal nº 75.704, de 8 de maio do mesmo ano.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos número 650/75, de 29 de outubro de 1975, do Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, diz, com maiores detalhes sobre a oportunidade da medida ora submetida à essa Augusta Assembleia Legislativa do Estado.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º – A Taxa de Segurança Pública, instituída pela

Lei nº 5.482, de 20 de janeiro de 1967, e modificada pela Lei nº 6.638, de 29 de novembro de 1974, destina-se ao atendimento das despesas resultantes dos serviços prestados pelo Estado do Paraná, a que se referem os itens, incisos e alíneas constantes das tabelas anexas, que fazem parte integrante desta lei.

Art. 2º — Para os efeitos desta lei são considerados contribuintes as pessoas naturais ou jurídicas, que se utilizarem dos serviços referidos no artigo anterior.

Art. 3º — A Taxa de Segurança Pública será recolhida através do estabelecimento bancário oficial do Estado do Paraná e, onde não houver agências deste, nas agências arrecadoras competentes, na conformidade dos valores estipulados nas tabelas integrantes desta lei.

Parágrafo único — O recolhimento da Taxa de Segurança Pública obedecerá aos procedimentos usuais adotados para os demais tributos estaduais.

Art. 4º — Os valores constantes dos itens, incisos e alíneas serão anualmente reajustados, de acordo com os índices de reajustamento fixados pelo Governo Federal.

§ 1º — Estabelecido o coeficiente de reajustamento, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, baixará resoluções fixando os valores respectivos, desprezadas as frações de cruzeiro.

§ 2º — Os valores reajustados serão cobrados sempre no exercício seguinte.

Art. 5º — Os valores estabelecidos nas tabelas anexas serão cobrados a partir do próximo exercício.

Art. 6º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TABELA A DOS ATOS REALTIVOS À FISCALIZAÇÃO POLICIAL EM GERAL

1) — Alvará mensal para:

a) Alto-falantes fixos ou móveis para propaganda em geral Cr\$ 46,00

b) — Alto-falantes fixos ou móveis para diversões ..
..... Cr\$ 55,00

c) Bailes

I — Bailes públicos ou populares, com cobrança de ingresso, mesa ou convite:

— em cidades até 50.000 habitantes Cr\$ 55,00

— em cidades com mais de 50.000 habitantes .. Cr\$ 79,00

II — Nos distritos administrativos ou judiciários e fora do quadro urbano dos municípios do interior, por baile Cr\$ 32,00

d) Buate, Music-hall, Grill-Room, Drive-In, Uiscaria, Dançings ou Cabarés, Taxi-girl, bar musical noturno, restaurante dançante e similares:

I — Com bailarinas de sala e "show", Alvará mensal .. Cr\$ 265,00

II — Com bailarinas de sala, sem show, Alvará mensal.. Cr\$ 195,00

III — Com "show", sem bailarinas de sala, Alvará mensal. Cr\$ 158,00

IV — Sem bailarinas de sala e "show", Alvará mensal .. Cr\$ 130,00

e) Cinemas ou exhibições:

I — Com exibição em qualquer bitola, Alvará mensal... em cidades de até 50.000 habitantes Cr\$ 18,00

II — Com exibição em bitola de 35 mm, Alvará mensal... em cidades com mais de 50.000 habitantes Cr\$ 32,00

III — Até 3 sessões semanais Cr\$ 55,00

IV — Até 4 sessões por dia Cr\$ 130,00

V — Com lotação até 1.000 lugares Cr\$ 130,00

— Com lotação superior a 1.000 lugares Cr\$ 158,00

VI — Com mais de 4 sessões por dia — Alvará mensal. Cr\$ 200,00

NOTA: Os cinemas com exibição de bitola de 7mm terão um aumento de 20 por cento e os cinemas com bitola de 16 mm, um abatimento de 50 por cento.

VII — Cinemas ambulantes (drive-in), ou similares ... Cr\$ 79,00

f) Circos, concertos, recitais e outros espetáculos teatrais com cobrança de entrada:

I — De 1 a 5 dias de espetáculos — Alvará Cr\$ 65,00

II — De 6 a 10 dias de espetáculos — Alvará Cr\$ 97,00

III — De 11 a 15 dias de espetáculos — Alvará ... Cr\$ 130,00

IV — De mais de 15 dias de espetáculos — Alvará ... Cr\$ 200,00

NOTA: A critério da autoridade policial respectiva poderão ser, acrescidas ou reduzidas em até 20 por cento do seu valor, tendo em vista a maior ou menor proporção dos espetáculos.

g) Outras diversões públicas:

I — Bilhares e snooker em geral — Alvará mensal por unidade ...

..... Cr\$ 65,00

II — Jogos de habilidade através de máquina ou aparelho elétrico, mecânico ou manual, bilhareto ou bilhar americano e mesa de futebol, explorado por pessoa física ou jurídica, por aparelho ou unidade — Alvará mensal Cr\$ 65,00

III — Jogos de bocha, bolão, boliche e congêneres, que não sejam instalados em sociedades recreativas, registradas na Delegacia de Polícia e com cobrança de partidas — por unidades .. Cr\$ 37,00

IV — Execução musical, fenomecânica e sem locutor, por eletrola, gravador, alto-falante ou similares, em casa de comércio e que não seja efetivada em cabine indevassável — Alvará mensal

..... Cr\$ 46,00

V — Luta livre, box ou similares, com entradas pagas — Alvará por espetáculo Cr\$ 93,00

VI — Orquestra, conjunto musical, música mecânica ou eletrofônica, com ou sem inserção de moeda em bar, confeitaria, leiteria, sorveteria, lancheria ou em outros estabelecimentos congêneres — Alvará mensal Cr\$ 37,00

VII — Estabelecimentos de crédito, ou financiamento — Alvará mensal por estabelecimento ou agências:

a) na Capital Cr\$ 65,00

b) nos municípios do interior de população superior a 50.000 habitantes Cr\$ 37,00

c) nos demais municípios do interior Cr\$ 27,00

VIII — Estabelecimentos industriais e/ou comerciais com serviço de vigilância próprio ou contratado — Alvará mensal .. Cr\$ 130,00

IX — Agências de Informações — Alvará mensal Cr\$ 79,00

X — Certificado de cumprimento do Decreto 4.316/73 Cr\$ 270,00

XI — Certidões:

a) de autos de inquéritos penais ou contravencionais por folhas Cr\$ 6,00

b) diversas de atos praticados por Delegacias de Polícia não compreendidas nas tabelas desta Lei Cr\$ 18,00

c) negativas expedidas pela Delegacia de Furtos de Automóveis Cr\$ 27,00

XII — Parque ou Stand de diversões:

1) Por aparelho ou local de atração — Alvará mensal Cr\$ 32,00

2) com tiro alvo, por arma — Alvará mensal ... Cr\$ 13,00

XIII — Parque de patinação e piscina pública — em recinto aberto ou fechado — Alvará mensal Cr\$ 130,00

XIV — Gelorama ou similares — Alvará por dia Cr\$ 200,00

XV — Jogos carteados lícitos, permitidos em sociedades legitimamente constituída — Alvará mensal por mesa Cr\$ 130,00

XVI — Demais diversões públicas não especificadas — Alvará mensal Cr\$ 107,00

XVII — Rádio Emissora e Televisão — Alvará mensal. Cr\$ 79,00

2 — Registro de:

a) Associações recreativas, clubes, sociedades privadas etc. (anual) Cr\$ 130,00

b) Entidades, organizações, empresas e estabelecimentos a que se refere o item "IV" desta Tabela (anual) Cr\$ 200,00

c) Salões de bailes denominados "Públicos" ou "populares", ou de empresa, organização ou entidade que promova ou explore tais bailes — anual Cr\$ 130,00

d) Pessoas que operam em diversões públicas, inclusive para o fornecimento de carteiras:

I — Bailarinas de sala Cr\$ 13,00

II - artistas e auxiliares teatrais , etc.	Cr\$ 37,00
III - Empresários e Proprietários	Cr\$ 65,00
3 - Vistorias diversas	Cr\$ 107,00

NOTA: São competentes para efetuar a lavratura da autuação, na Capital, a Delegacia de Jogos e Diversões e no Interior, as Delegacias de Polícia respectivas.

TABELA B DOS ATOS RELATIVOS À ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

4 - ALVARÁS:

a) de fiscalização de oficinas de qualquer espécie que comerciem, reformem armas em geral - Alvará anual .Cr\$ 65,00
b) de fiscalização para o fabrico, importação, exportação e comércio de armas, munições, inflamáveis e produtos químicos, agressivos e corrosivos:

I - fabricante - Alvará mensal	Cr\$ 65,00
II - representante, importador e exportador - anual ..	Cr\$ 65,00
III - Comerciante - Alvará mensal	Cr\$ 41,00

c) de fiscalização para depósito de explosivos ou inflamáveis - Alvará anual Cr\$ 65,00 |

d) de habilitação, para exercer a profissão de encarregado de jogos ou técnico - Alvará anual Cr\$ 6,00 |

e) de licença para o transporte de mostruário de armas e munições - Alvará anual Cr\$ 65,00 |

f) de licença para o comércio de fogos de artifício:

I - firmas atacadistas - Alvará anual Cr\$ 130,00 |

II - firmas varejistas - Alvará anual Cr\$ 79,00 |

g) de licença para o transporte de inflamáveis ou explosivo - Alvará anual:

1) autônomo - por unidade transportadora ...	Cr\$ 37,00
2) empresas - por unidade transportadora ...	Cr\$ 51,00
h) de vistoria em fábrica ou depósito de explosivos ou inflamáveis - Alvará anual	Cr\$ 41,00
i) de licença para uso ou emprego de explosivos ou inflamáveis - Alvará mensal	Cr\$ 27,00

5 - REGISTROS ANUAIS

a) arma de defesa pessoal	Cr\$ 41,00
b) de arma de tiro ao alvo ou caça	Cr\$ 65,00
c) de museus ou colecionadores de armas:	

I - até dez armas Cr\$ 41,00 |

II - a mais de dez armas Cr\$ 65,00 |

d) de hotéis, motéis, pensões e similares:

I - até dez quartos Cr\$ 41,00 |

II - de onze a vinte quartos Cr\$ 51,00 |

III - de vinte e um a cinquenta quartos Cr\$ 107,00 |

IV - de mais de cinquenta quartos Cr\$ 195,00 |

e) transferência de registros em geral Cr\$ 41,00 |

6 - ATESTADOS:

a) de idoneidade política e social:

I - Para fins particulares Cr\$ 13,00 |

II - para fins de obtenção de emprego Cr\$ 6,00 |

b) de idoneidade para o comércio de armas, munições e explosivos Cr\$ 27,00 |

7 - LICENÇA:

a) Para o porte de arma de defesa pessoal:

I - para motoristas profissionais - por ano Cr\$ 37,00 |

II - particulares em geral Cr\$ 130,00 |

b) para trânsito de armas de caça, licença anual..Cr\$ 13,00

c) para trânsito de armas de tiro ao alvo, licença anual. ...

..... Cr\$ 27,00 |

d) para compra de armas e munição Cr\$ 13,00 |

8 - VISTOS:

a) De saída do território nacional em passaportes de nacionais Cr\$ 27,00 |

9 - CERTIDÕES:

a) de vistorias em fábricas de explosivos ou inflamáveis Cr\$ 41,00 |

b) outras não especificadas Cr\$ 27,00 |

TABELA C DOS ATOS RELATIVOS À FISCALIZAÇÃO DE ALIENÍGENAS

10 - ATOS DIVERSOS:

I - Inscrições de Cédula de Identidade de outras unidades federativas Cr\$ 27,00 |

II - Cancelamento de Visto de saída Cr\$ 27,00 |

III - Registros não especificados Cr\$ 27,00 |

IV - Registro de temporário (turistas) Cr\$ 46,00 |

TABELA D

DOS ATOS RELATIVOS AO SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO E DE IDENTIFICAÇÃO

11 - ATESTADOS:

I - De antecedentes criminais para obtenção de visto de saída Cr\$ 23,00 |

II - De antecedentes criminais para outros fins Cr\$ 13,00 |

12 - CÉDULAS:

I - de Identidade Cr\$ 32,00 |

II - de Estrangeiro Cr\$ 46,00 |

III - Segunda Via da Cédula de Identidade Cr\$ 65,00 |

IV - Segunda via de Cédula de Estrangeiros Cr\$ 65,00 |

V - Retificação de nome Cr\$ 65,00 |

13 - PASSAPORTES:

I - Expedição de passaporte individual Cr\$ 130,00 |

II - Expedição de passaporte - família Cr\$ 237,00 |

III - Revalidação de passaportes Cr\$ 65,00 |

IV - Inclusão de países em passaportes - por país .. Cr\$ 13,00 |

V - Inclusão de filhos em passaportes - por filho.... Cr\$ 13,00 |

NOTA: Na expedição ou revalidação do passaporte, a taxa será reduzida em 20 por cento para o que comprovar viajar ao exterior exclusivamente com bolsa de estudo regularmente obtida e comprovada no ato da expedição.

14 - VISTOS:

I - De saída do Território em passaportes nacionais... Cr\$ 27,00

TABELA E

DOS ATOS RELATIVOS AO INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA

15 - EXAMES EXTERNOS:

I - Acidentes de Trânsito na Capital Cr\$ 130,00 |

II - Acidentes de Trânsito fora da Capital Cr\$ 265,00 |

16 - VISTORIAS:

I - Constatação de danos e vistoria de outra natureza, na Capital Cr\$ 107,00 |

II - Constatação de danos e vistoria de outra natureza, fora da Capital Cr\$ 200,00 |

III - Levantamento em questões possessórias, na Capital Cr\$ 265,00 |

IV - Levantamento em questões possessórias, fora da Capital..... Cr\$ 330,00 |

..... Cr\$ 330,00 |

NOTA: Os valores dos exames externos e vistorias poderão ser reduzidas a critério do Diretor do Instituto, até o limite de Cr\$ 80,00 (oitenta cruzeiros) em função do tempo de serviço dispensado a menor complexidade do trabalho.

17 - EXAMES DIVERSOS E PARECERES:

I - Exames de documentos e contábeis, exames de laboratório em geral, de jogos e outros especiais, inclusive pareceres diversos Cr\$ 330,00 |

NOTA: Os exames e pareceres, bem como os serviços especiais

que, pela natureza e complexidade, devem ultrapassar o limite estabelecido neste item, serão objeto de orçamento prévio a ser apresentado à parte interessada.

18 - FOTOGRAFIAS:

- I - Fotografias, legendas e autenticadas até o tamanho 18x24 (primeira via) Cr\$ 13,00
 II - Demais vias, por unidade Cr\$ 6,00
 III - Ampliações fotográficas até o tamanho 30x40 (primeira via) Cr\$ 65,00
 IV - Demais vias por unidade Cr\$ 51,00
 NOTA: Ampliações que ultrapassarem o tamanho 30x40, serão objeto de orçamento prévio, a ser apresentado à parte interessada.
 V - Cópias fotostáticas de documentos para cada folha ou exemplar Cr\$ 6,00
 VI - Cópias heliográficas, por unidade:
 a) medindo até 33x22 Cr\$ 13,00
 b) ultrapassando essa medida Cr\$ 18,00

19 - CÓPIAS:

- I - De laudos, exceto as fotografias e diagramas, por via Cr\$ 18,00
 NOTA: Cópias de laudos não serão fornecidas sem as respectivas ilustrações quando houver.

TABELA V DOS ATOS RELATIVOS AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL

20 - CERTIDÕES:

- I - De laudo de necropsia Cr\$ 13,00
 II - De laudo de exumação e necropsia Cr\$ 65,00
 III - De laudo de lesões corporais para fins particulares Cr\$ 13,00
 IV - De laudos para processos de Acidentes do Trabalho Cr\$ 13,00
 V - De exames toxicológicos Cr\$ 13,00
 VI - De exames anatomo-patológicos Cr\$ 13,00
 VII - De exame sexológicos Cr\$ 13,00
 VIII - De exame de verificação de idade Cr\$ 13,00
 IX - De exame de insanidade mental Cr\$ 13,00
 X - De exames de outras naturezas Cr\$ 13,00
 21 - Taxa de embalsamento Cr\$ 130,00
 22 - Exames radiológicos Cr\$ 130,00

TABELA G DOS ATOS RELATIVOS AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

I - HABILITAÇÃO DE CONDUTORES:

- 1 - Aprendizagem e autorização para conduzir veículos Cr\$ 23,00
 2 - Provas escritas ou orais sobre leis e regulamentos de trânsito, para amadores e profissionais, e provas escritas ou orais sobre conhecimento técnico do veículo, para profissionais... Cr\$ 9,00
 3 - Provas práticas da direção na via pública Cr\$ 9,00
 4 - EXAMES:
 a) De sanidade física e mental Cr\$ 34,00
 b) Psicotécnico Cr\$ 35,00
 5 - Carteira Nacional de Habilitação Cr\$ 23,00
 6 - Averbação da Carteira Nacional de Habilitação... Cr\$ 23,00
 7 - Segunda via da Carteira Nacional de Habilitação... Cr\$ 23,00
 8 - Autorização a condutor habilitado no estrangeiro, por prazo não superior a 6 meses Cr\$ 46,00
 9 - Autorização a motorista amador, diplomata ou credenciado junto às representações diplomáticas, até 12 meses... Cr\$ 46,00

II - LICENÇAS DIVERSAS:

- 10 - Às pessoas físicas ou jurídicas, a requerimento, para estacionamentos especiais, por ano Cr\$ 69,00

- 11 - Para trânsito de veículo, sem placas, mediante licença especial de pábrisa, até 15 dias, por dia Cr\$ 4,00
 12 - Para trafegar em zonas ou horários não permitidos (anéis de bloqueio) - por dia Cr\$ 69,00
 13 - Para uso anual da placa de experiência Cr\$ 46,00
 14 - Para estacionamento em faixas de estacionamento - pontos de estacionamento de veículos de aluguel - por ano. Cr\$ 69,00

III - AUTORIZAÇÕES DIVERSAS:

- 15 - Para substituição, remarcação ou regravação de motor Cr\$ 23,00
 16 - Para remarcação ou regravação de chassi Cr\$ 23,00
 17 - Para remontagem de veículos Cr\$ 46,00
 17 - Para pequenas adaptações nos veículos, acessórios não convencionais Cr\$ 46,00
 19 - Para colocação de dísticos especiais em veículos, destinados ao transporte de inflamáveis, explosivos e materiais físeis, por ano Cr\$ 23,00
 20 - Para colocação de faixas permitidas pela legislação de trânsito Cr\$ 46,00
 21 - Para guinchamentos privados, por guincho anualmente..... Cr\$ 69,00

IV - REGISTROS DIVERSOS:

- 22 - Registro anual de despachante Cr\$ 466,00
 23 - Registro anual de auto-escola Cr\$ 466,00
 24 - Registro de instrutor de auto-escola Cr\$ 69,00
 25 - De oficinas mecânicas que regravem motores e chassi de veículos ou efetuem a substituição de motores, por ano Cr\$ 69,00
 26 - De estabelecimentos que comerciem com veículos irreparáveis ou suas peças básicas (motores e chassi) por ano Cr\$ 69,00

V - SERVIÇOS DIVERSOS:

- 27 - Certidões ou fotocópias de documentos de habilitação e prontuários por folha Cr\$ 4,00
 28 - Expedição para outros Estados, registro e arquivamento de prontuários recebidos de outros Estados Cr\$ 4,00
 29 - Pedidos protocolados no DETRAN Cr\$ 4,00
 30 - Levantamento de acidentes, à conta do causador devidamente julgado Cr\$ 46,00
 31 - Substituição do certificado de registro Cr\$ 46,00
 32 - Segunda via do certificado de registro Cr\$ 46,00
 33 - Vistorias domiciliares Cr\$ 46,00
 34 - Substituições de placas Cr\$ 23,00
 35 - Guinchamento Cr\$ 69,00
 36 - Estadia no estacionamento oficial do DETRAN - por dia Cr\$ 9,00
 37 - Apostilas em certificados Cr\$ 23,00

- À Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer após ouvido o plenário, voto de profundo pesar pelo passamento do ilustre paranaense, Professor RAUL RODRIGUES GOMES, ocorrido ontem, em nossa Capital.

Professor catedrático, aposentado da Universidade Federal do Paraná, escritor dos mais ilustres do Estado, decano dos jornalistas do Paraná, membro de inúmeras entidades culturais do Estado, articulista das boas causas do desenvolvimento do Paraná, o "maior paranista do estado" na expressão lapidar de Walfrido Piloto, deixa enorme lacuna na vida intelectual, jornalística e do magistério de Curitiba, com o seu passamento após pertinaz enfermidade.

Requer-se, outrossim, que da decisão do Plenário dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1975.

a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o plenário, requer, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar à família SETOGUTTI, da cidade de GOIOERÊ, pelo falecimento do menor LÚCIO SETOGUTTI, fato que se deu no dia de ontem.

Seja também dado ciência deste requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1975.

a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer ouvido o plenário, seja endereçado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Jayme Canet Júnior, no sentido de que a Secretaria da Fazenda proceda a antecipação do pagamento da quota parte do ICM devida aos municípios, no próximo mês de dezembro, para o dia 20, dando aos senhores prefeitos a possibilidade de pagarem aos seus funcionários os vencimentos e o 13º salário, antes dos festejos natalinos.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1975.

a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

O presente apelo justifica-se pelo alcance humanitário, tendo em vista os festejos natalinos e de fim de ano, uma vez que a quota parte do ICM devida aos municípios é paga normalmente pela Secretaria da Fazenda nos dias 13 e 27 de cada mês.

Outrossim, não se pretende que esta medida seja permanente, mas tão somente para o mês de dezembro próximo, quando toda a humanidade cristã festeja o Natal.

Por outro lado, cremos que esta medida não acarretará transtornos de ordem administrativa ou financeira para o Estado, pois a antecipação é apenas de dias e não implica em qualquer aumento de despesa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. FRANCISCO BORSARI NETO, DD. Secretário de Estado da Educação e Cultura, solicitando sejam fornecidos, através daquela Pasta, materiais para educação física, didáticos e para uso da secretaria do GINÁSIO ESTADUAL "ALBERTO SANTOS DUMONT", situado em CAFELÂNDIA, no município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1973.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O Ginásio Estadual "Alberto Santos Dumont", situado no Distrito de Cafelândia, município de Cascavel, necessita do pronto atendimento dessa Secretaria, para poder adequar seus

diversos departamentos com materiais condizentes com as finalidades daquele estabelecimento de ensino.

Desta maneira, a secretaria daquele Ginásio deve ser equipada com uma máquina de escrever de carro grande, e com um mimiógrafo, sendo interessante, igualmente, que se coloque à disposição dos mestres, um projetor de "slides".

Para a prática de educação física, não basta a existência de uma cancha de basquetebol, se não existirem redes, bolas para basquete e volei, uniformes, assim como tabelas e aros em condições para a prática desses esportes.

São exatamente os materiais descritos acima que o Ginásio Estadual "Alberto Santos Dumont" necessita com premente urgência.

No momento em que se incentiva a prática do esporte em todo o país, o distrito de Cafelândia, que está prestes a emancipar-se, lança este apelo, para que seja olhado com a devida consideração, o educandário que serve com a eficiência que está ao seu alcance, a maior parte da população daquele progressista centro comunitário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, solicita de Vossa Excelência, seja encaminhada sugestão desta Casa ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Recursos Humanos, Gastão de Abreu Pires, no sentido de que Sua Excelência promova estudos que venham a assegurar um teto mínimo de proventos, igual ao salário mínimo vigente na região, ao funcionário público aposentado por implemento de idade, na forma do item III, do art. 138, combinado com o art. 141, da lei nº 6174, estabelecendo ainda que esta norma atingirá aos funcionários já aposentados nestas condições.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

O Art. 141, da lei nº 6174, estabelece que os proventos do funcionário compulsoriamente aposentado por implemento de idade, serão proporcionais ao seu tempo de serviço.

É óbvio que nestes casos os seus rendimentos serão abruptamente reduzidas, gerando consequências verdadeiramente desumanas.

Como o sistema jurídico estadual ainda não permite que o funcionário compute para aposentadoria o tempo de serviço porventura prestado à indústria e comércio, muito justo e humano será que o Estado lhe assegure proventos de pelo menos um salário mínimo vigente, estendendo tal benefício aos já aposentados nestas condições, com proventos realmente irrisórios.

Será uma medida de elevado alcance humano e sem dúvida alguma, onerará em muito pouco os cofres públicos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que após manifestação do plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, apelando no sentido de que sejam determinadas providências para continuidade e conclusão da BR-277, Irati-Relógio, cuja obra interrompida pela empresa responsável sob o pretexto de não recebimento dos serviços em razão do que anuncia dispensar empregados que ali prestam serviços.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1975.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, o envio ao Senhor Governador do Estado e Senhor Secretário de Agricultura, do trabalho elaborado pelo Núcleo dos Engenheiros Agrônomos de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1975.

a) TRAJANO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que o vendedor de cafezinhos, salgadinhos, e refrigerantes nas feiras-livres, não pode ser enquadrado na categoria de comerciantes, visto que sua atividade restringe-se ao atendimento dos usuários, dos que frequentam as feiras e mesmo dos próprios feirantes;

Que os produtos por ele comercializados são pelo próprio confeccionados ou em sua residência ou mesmo no local delimitado para a feira;

Que ao adquirir as matérias primas (café em pó, farinha de trigo, açúcar) necessárias ao confeccionamento dos produtos por ele comercializados, já sofreram a incidência da tributação do Imposto relativo à Circulação de Mercadorias;

Que a inexistência de dispositivo fiscalizador exato para o controle de saídas das mercadorias origina e implica em fixação de cálculos aproximados, acarretando os consequentes inconvenientes e distorções;

Que geralmente os que se dedicam à venda de cafezinhos, salgadinhos e refrigerantes são pessoas destituídas de recursos financeiros, de outros meios de renda, e que se valem desse expediente para assegurar meios de subsistência para si e para seus dependentes;

Que os preços por ele cobrados na venda dessas mercadorias é aquém aos fixados pela Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB;

Considerando o aspecto social e humanitário que a questão envolve;

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer, ouvido o plenário, seja encaminhado ao Senhor Governador do Estado, apelo no sentido de ser proposta alteração da Lei nº 6.364/72 (LEI ORGÂNICA DO ICM), no sentido de ser concedida isenção do ICM sobre as mercadorias de baixa-rentabilidade comercial nas feiras-livres, tais como cafezinhos, salgadinhos e refrigerantes (estes de confecção caseira com essências artificiais ou frutas "in natura").

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Numa época em que todos os administradores públicos apregoam o norteamento de suas atividades como inteiramente voltadas para o Homem, um modesto e humilde vendedor de salgadinhos e cafezinhos, recolhe aos cofres do Estado, a importância de Cr\$ 416,47 resultado da incidência do ICM sobre a venda de 300 cafezinhos, 1820 salgadinhos e 150 refrigerantes cuja renda total de Cr\$ 2.220,00 foi acrescida de 30 por cento para compensação de vendas computadas, isso durante um período de 15 dias, conforme nota fiscal avulsa de n.º 028591 extraída pela agência de rendas estaduais de Maringá, em data de 30 de junho do corrente ano.

Configurado está o conflito dos reais interesses, ob-

jetivos e filosofias preconizadas pelos administradores das coisas públicas.

Isto posto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, clamamos pela objetividade dos propósitos que norteiam os detentores do Poder Público, para que dêem ao apelo que formulamos, toda guarda, todo amparo, todo acolhimento, justos e meritórios, perante Deus e perante os homens, para que esses sub-comerciantes, ao invés de engrossarem as fileiras do exército de mendigos, de marginais até, tenham condições de proporcionar aos seus dependentes, condições mínimas, sadias que sejam, mas respeitáveis de sobrevivência.

Em assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, colocamos em julgamento esta nossa proposição, solicitando à Mesa, o envio de expediente ao Sr. Governador Jayme Canet Jr, no sentido de que o mesmo abra seu coração a essa pobre gente, simples, mas cumpridoras fiel de suas obrigações para com suas famílias e para com o Estado, que S. Exa. proponha a pretendida alteração na Lei 6364 de 29 de dezembro de 1972, concedendo isenção do ICM às mercadorias de pequena renda comercial nas feiras-livres do Paraná, produtos esses acima já mencionados, ou sejam cafezinhos, salgadinhos e refrigerantes.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 166/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, a Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Professora Maria Pereira Martins, da Barreirinha, nesta Capital;

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1975.

a) ALFREDO GULIN.

JUSTIFICATIVA:

Entre as inúmeras finalidades desta Associação, podemos destacar a de caráter beneficente, educativo e de assistência social, que tem por finalidade específica a aproximação mais íntima dos educadores, pais e mestres para seu próprio aperfeiçoamento, a fim de mais eficientemente poderem trabalhar para a formação de educandos, como ser ajustado, útil e produtivo à sociedade humana.

Mantém também, um serviço de assistência aos menores necessitados e abandonados, e além desses serviços presta tantos outros mais de indiscutível caráter comunitário, não havendo dúvidas de que se trata de uma Entidade de utilidade pública de fato.

Assim sendo, o nosso objetivo é que tal Entidade não seja de utilidade pública apenas de fato, mas também de direito,

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares o devido apoio e aprovação do presente.

O SR. PRESIDENTE — Antes da leitura do expediente, a mesa tem a satisfação de registrar a presença no plenário dos Srs. Jiro Nagata e Emio Ohno, funcionários da Assembléia Legislativa do Japão. — (É feita a leitura do expediente).—

Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Nós não nos cansamos e muito menos temos vergonha, de proclamar alto e bom som, sempre que possível e quando necessário, a nossa firme convicção cívica e a nossa irreduzível formação cristã.

Não o fazemos embuidos de intuítos falsos, nem bajulato-

rios, mas sim, com o orgulho inquebrantável de estarmos defendendo princípios sadios e legítimos, a nós legados pelos sólidos ensinamentos que nos foram transmitidos por nossos ancestrais.

Nós nos ufanamos dessa certeza com a evidente demonstração de união que impera até hoje, após muitos anos de labor, e sacrificios, honrado e patriótico, no seio de nossa família por sinal bastante numerosa.

Por isto, defendemos com ardor, tudo o que diz respeito à preservação de nossas instituições e da família brasileira, pois só assim o Brasil consolidará o seu verdadeiro destino, e nos colocamos, intransigentemente, contra a desordem e a subversão. Graças a Deus, as autoirdades constituídas deste país, estão honrando seus compromissos para com a pátria, banindo, permanentemente a ação nefasta dos inimigos da Pátria, que traiçoeiramente, procuram minar a paz em que vivemos.

Essa ação de combate as forças do mal, também deve merecer o apoio incondicional do povo brasileiro.

Em boa hora estão se realizando, movimento de orientação do povo nesta campanha, que deve ser permanente como o 2º ciclo de palestras promovido pela Ação Democrática Renovadora, presidida pelo ilustre General Adolfo João de Paula Couto.

A abertura dos trabalhos do mencionado movimento deu-se em Porto Alegre, com um pronunciamento que merece todo o destaque e meditação de todos aqueles que amam sua Pátria e desejam vê-la cada vez mais forte e unida, e espurgando definitivamente, de seu meio todos aqueles elementos antipatrióticos, soldados do mal.

O pronunciamento a que nos referimos foi proferido pelo ilustre comandante do III Exército, Gal. Oscar Luiz da Silva, que nos transmitiu palavras de tranquilidade, pela afirmação segura de que a subversão em abolição está contida, mas também nos alerta, na devida oportunidade, com relação à continua atuação dos inimigos da Pátria a fim de que o povo não se deixe enganar, inocentemente, por esses falsos pregadores da desunião nacional, com reflexos negativos e imprevisíveis para o Brasil. Daí porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devemos dar ênfase a tão importante manifestação a ser ela, consequentemente, digna de merecer a sua transcrição integral nos Anais desta Casa, como uma demonstração corajosa convincente posição de fidelidade à Pátria de todos os seus membros, legítimos representantes do povo paranaense.

Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado David Federmann.

O SR. DAVID FEDERMANN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não tendo podido comparecer à sessão de ontem, por motivo de compromissos de ordem inadiável, assomo à tribuna, nesta tarde, para manifestar meu integral apoio e solidariedade ao ilustre colega, Deputado Luiz Carlos Zuk, meu conterrâneo, quando, desta tribuna, manifestou seu repúdio à conduta da comissão organizadora das solenidades de inauguração da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Por temperamento, avesso a promoções, naturalmente, não a nossa presença pessoal que reclamamos, nesta oportunidade, mas, sim a desconsideração que foram alvo os Deputados daquela Região, e porque não dizer, até a esta Assembléia Legislativa, como um todo.

Quero dizer também da minha estranheza de outros “senões” que observamos naquela solenidade. Ninguém mencionou os nomes de ilustres homens públicos, que deral parcela ponderável de suas vidas para a concretização de uma obra que se constituiu num grande sonho de todos os paranaenses.

Ninguém se lembrou de dizer que foi Moyses Lupion, figura política das mais discutidas, e somente a História poderá fazer justiça, que, em 1948, lançou o início das obras que, futuramente,

te, iriam concretizar-se no grande sonho do povo paranaense.

Ninguém se lembrou também de dizer que a estrada esteve paralizada e parcialmente destruída por erosão e por intempéries, por 12 anos. E que foi graças a Paulo Pimentel que, mediante investimentos que causavam até sacrifício de obras de seu plano de Governo, para que as obras da Central do Paraná avançasse e viesse a se concretizar no dia 11 de novembro, próximo passado, e fosse entregue ao povo do Paraná essa obra gigantesca.

Ninguém lembrou-se de fazer menção a outros nomes de outros Governadores, que tudo fizeram para que essa obra se tornasse uma esplêndida realidade.

Mas, ao mesmo tempo, quero manifestar minha tristeza e minha estranheza, por a comissão encarregada das solenidades, terem marginalizado os legítimos representantes do povo do Paraná, nessa solenidade que são tão gratas ao Paraná.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador...)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me trás à tribuna nesta tarde, é pedir aos Srs. Deputados que aprovelem o requerimento que pretendo fazer e que se refere, especificamente, a um projeto de lei apresentado na Câmara Federal, por um representante de um dos nossos Estados da Federação Brasileira. Trata-se do Projeto de Lei n.1037/75, de autoria do Deputado Argilano Dario.

O projeto, em síntese, tem a seguinte redação e eu me permito ler rapidamente, para que os Srs. Deputados, que tenho certeza também receberam o expediente, enviado por aquele ilustre parlamentar, recordem as suas palavras. (Lê):

“Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e da Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1952, para o fim detornar expressa a obrigatoriedade de computar horas extras nos pagamentos de férias e 13º salário devidos ao trabalhador.

(As Comissões de Constituição e Justiça de Trabalho e Legislação Social e de Finanças).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - O art. 140, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei-5452, de primeiro de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 140. O empregado em gozo de férias terá direito a remuneração que percebe quando em serviço, compreendidas nesta todos os seus componentes habituais ou eventuais, inclusive horas extras, que serão calculados pela média obtida no período aquisitivo.

Art. 2º. O § 1º do art. 1º da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 que “Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1º:

§ 1º - A gratificação corresponderá a 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente. Na remuneração do empregado compreendem-se todos os seus habituais e eventuais, inclusive horas extras, calculados uns e outros pela média obtida no período.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O fato de a lei não ser explícita quanto à inclusão obrigatória da remuneração correspondente às horas extras nas férias do trabalhador e no seu 13º salário, tem sido causa de muita injustiça praticada contra o mesmo.

De fato, o empregador, tendo a seu favor a dúvida suscitada pelos textos legais pertinentes (art. 140 da CLT e § 1º do art. 1º da Lei nº 4.090, de 1962), dificilmente concorda em pagar ao trabalhador, por ocasião das férias e do 13º salário, as importân-

cias correspondentes à média das horas extras trabalhadas no período. Em Geral, só o faz quando obrigado por sentença judicial.

E os tribunais trabalhistas brasileiros, de sua parte, em razão da mesma indefinição legal, embora algumas vezes tenham resolvido o problema em favor do trabalhador, na base da jurisprudência, corajosamente inovadora, infelizmente não lograram alcançar a unanimidade e reiteração que o caso requer.

Assim, conquanto os textos referidos, em nenhuma parte ensejem a exclusão do cômputo das horas extras para efeito de pagamento de férias e 13.º salário, a verdade é que continuam a suscitar controvérsias, justamente por não determinarem a sua inclusão obrigatória.

E o que se quer neste projeto de lei é, exatamente, evitar dúvidas de interpretação e permitir aos tribunais trabalhistas a respeito da questão, tudo em favor do trabalhador brasileiro.

Sala das Sessões, em
Argilano Dário.
LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, aprovada pelo
Decreto-Lei nº 5452, de 1.º de maio de 1943.

.....
.....
TÍTULO II

Das Normas Gerais de Tutela do Trabalho
.....
CAPÍTULO IV

Das Férias
.....
SEÇÃO IV

Da remuneração
Art. 140 - O empregado em gozo de férias terá direito à
remuneração que perceber quando em serviço.

.....
.....
LEI Nº 4.090

DE 13 DE JULHO DE 1962
Institui a Gratificação de Natal para os trabalhadores.

Art. 1.º - No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga pelo empregador, uma gratificação salarial, independente da remuneração a que fizer jus.

§ 1.º - A gratificação corresponderá a 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço do ano correspondente".

.....
.....

Sr. Presidente, Srs. Deputados, diz ainda o ilustre Deputado que quando é reivindicado algum direito por pessoa empregada pela CLT, a mesma tem que recorrer, quase que comumente à justiça e a ela é dado quase que nada. Sempre têm perdido quando ajuizam suas pretensões. É por isso que venho nesta hora e neste dia, apresentar este requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado a todos os componentes da bancada da ARENA e do MDB do Congresso Nacional, apelo no sentido de darem apoio ao Projeto de Lei nº 1037/75, de autoria do nobre Deputado ARGILANO DARIO, ora em tramitação na Câmara dos Deputados, que introduz reforma na CLT, concedendo aos empregados o direito à contagem, para efeito de férias, das horas extras de trabalho cumpridas durante o ano, e, como se trata de um projeto que beneficiará milhões de trabalhadores sem aumentar os gastos do País, é que apelamos aos dignos representantes de nosso Estado na Câmara Federal, para emprestarem os seus apoiamen-

to para a aprovação desse louvável projeto, cuja cópia anexamos ao presente.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 1975.

a) JURANDIR MESSIAS."

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, quarto orador inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao assomarmos a tribuna hoje queremos dizer, inicialmente, que, na qualidade de homens do partido de oposição, quando quando dirigimos críticas, o fazemos contra atos do Governo e não contra o Governo.

É preciso que não se confunda, como muitos ultimamente, alhos com bugalhos.

Nós do MDB sempre situamos a nossa posição. A nossa posição é coerente com os nossos pensamentos, com os nossos sentimentos de solidariedade com os atos do Governo que forem bons, tanto para o povo, como para a Nação.

Os Srs. Deputados desta Casa têm sido testemunhas, mesmo aqueles que fazem parte do partido do Governo, que nós, jamais, nos negamos a dar apoio a um projeto, a uma medida qualquer do Governo que seja do interesse do povo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no sentido exatamente de colaborar com o Governo é que nós trazemos as nossas sugestões, é que denunciemos aquilo que de grave acontece na Nação, para que o Governo possa corrigir e nortear os seus atos, justamente, em benefício da Nação. É este o propósito do MDB.

Apenas quero encaminhar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um requerimento ao Sr. Ministro da Fazenda com respeito aos abusos que vêm sendo cometidos pelas financeiras que estão cobrando juros extorsivos de até 8 por cento em prazo inferior a 30 dias. Quer dizer que, hoje, os juros estão sendo cobrados pelas financeiras até 10 por cento ao mês. E o povo, justamente, que é atingido por esses juros extorsivos, é que está sofrendo as consequências. O que está havendo é uma falta de fiscalização. Esta situação está se somando a outros fatores geradores do desequilíbrio reinante no Brasil.

Endereçamos ao Ministro da Fazenda o seguinte requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a V. Exa., que ouvido o plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Dr. Mário Henrique Simonsen, D.D. Ministro da Fazenda, no sentido de determinar providências cabíveis para coibir abusos de financeiras na cobrança de juros e correção monetária, nas operações de créditos.

É que, se tem conhecimento de que, algumas financeiras, estão cobrando, entre juros e correção monetária, e até por prazo inferior a 30 dias, corresponde a oito por cento ao mês, fato, que sem dúvida, constitui um atentado à economia do povo e que vem se somar a outros geradores do desajuste social em que vive a Nação.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1975.

a) LINEU TURRA. — (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, quinto orador inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — (Lendo):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O café sempre constitui produto base em nosso Estado. Os efeitos danosos causados pela última geada, não poderão servir de desestímulo aos nossos agricultores. Esta não foi a primeira e por certo também não será a última vez que o fenômeno climático acontecerá. Assim sendo, levanta-se sempre a questão da repolarização geográfica das lavouras cafeeiras, com alegação que

o Paraná não dá garantia necessária para a produção do café, devido aos prejuízos causados pelas geadas. Por este modo, ao que parece, procura-se dar segurança para a receita cambial, quando se estimula a formação de cafezais em outras regiões do País.

Ora, o estímulo ao plantio em outras áreas é uma tese aceitável, uma vez que em diferentes postos do Brasil existem tanto condições de terras, como de clima propícias à sua implantação.

Todavia, embora as terras ali sejam de custo bem inferior, sua produtividade dificilmente poderá ser comparado às do nosso Estado.

Existe ainda o grande problema de se criar uma infra-estrutura não só em instalações de alto custo, como na própria mão de obra habilitada para o trato permanente de uma planta tão exigente como é o café. Entrementes, não obstante os sensíveis danos causados pelas geadas, o Paraná dificilmente deixará de figura como principal núcleo produtor de café no Brasil. Isso porque as geadas de certo modo já se incorporaram na faixa dos riscos naturais aceitos normalmente pela classe cafeeira paranaense.

Antes que os cafeicultores romassem conhecimento do esquema governamental de amparo às lavouras atingidas, eles já estavam de prontidão para recuperar seu parque cafeeiro.

O surpreendente ânimo dos lavradores, superando todos os obstáculos, inclusive os prejuízos periódicos das geadas, sensibilizou profundamente o Governo Federal e a própria oposição dos brasileiros.

Por isso o Paraná não pode prescindir da lavoura cafeeira.

O café do Paraná representa uma realidade nítida, pois não deixa de ser um autêntico El Dorado para a prosperidade da economia nacional.— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, sexto orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou aproveitar a oportunidade para fazer uma reclamação aqui, Sr. Presidente, que houve uma inversão de fatores nesta tribuna.

Eu, em vez de a lâmpada encimar a tribuna, é ao contrário, a luz reflete de baixo e é impossível, Sr. Presidente, fazer-se a leitura de um documento, da tribuna. A reclamação é oportuna e me perdoe que o faça da tribuna, mas é que já estava por fazer há algum tempo e não havia oportunidade.

O SR. PRESIDENTE — A reclamação procede.

A Presidência mandará saná-la.

O SR. IVO THOMAZONI — Obrigado.

A propósito do Deputado Nilso Sguarezi, sobre as dificuldades criadas pelo Banco do Estado do Paraná pelo fornecimento de talões a clientes com saldo de depósito inferior a trezentos cruzeiros, a Diretoria daquele estabelecimento oficial de crédito encaminhou, por nosso intermédio, as seguintes informações:

I - Os bancos, de um modo geral, procedem da seguinte maneira, para o fornecimento de talões de cheques:

a) quando da abertura de conta nova, mediante informações cadastrais;

b) a simples pedido do depositante, após aberta a conta, desde que não ocorram:

b1)- conta encerrada pelo Banco Central do Brasil resultante de devoluções de cheques.

b2)- conta encerrada pelo próprio Banco, quando há "jogo de cheques" ou conduta irregular do depositante;

b3)- nas contas de Supercheque, quando o limite de crédito está excedido.

2 - Essas orientações são baseadas na Circular nº 162 do Banco Central do Brasil e no Código de Documentação de Serviço nº 9 do Banco do Estado do Paraná.

3 - O Banco do Estado do Paraná se dispõe a responder de forma mais objetiva ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, se o caso denunciado por ele for identificado.

Os funcionários começaram a receber seus vencimentos a

través de cheques nominais do Banco do Estado do Paraná que podem ser depositados ou descontados em qualquer outro Banco, mediante simples endosso, o que sem dúvida visa a oferecer maior comodidade aos funcionários.

Ocorre que a partir deste mês os funcionários começarão a receber seus vencimentos através de cheques nominais do Banco do Estado do Paraná que podem ser depositados ou descontados em qualquer outro Banco, mediante simples endosso, o que, sem dúvida, visa a oferecer maior comodidade a seus funcionários e além de maior comodidade, menor perda de tempo.

Eram os esclarecimentos que me cabia oferecer.—

—(Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É fácil dizer que nesta Casa, notadamente as duas lideranças dos partidos aqui representados, têm procurado situar-se em posição tal que as discussões sobre os interesses públicos e sobre os problemas comuns não atinjam um ponto e venham a criar entre as duas bancadas, um abismo intransponível.

Estas considerações, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, vêm a propósito de uma situação indefinida, porque é impossível que se a defina, mas que cada um procura dar à interpretação que o consenso e o que nos resta do direito, nos autoriza a dar. Vivemos episódios que registram em nosso País diversas prisões, muitas das quais, segundo os pronunciamentos oficiais de elementos ligados ao Partido Comunista Brasileiro.

O MDB tem a sua posição claramente definida e a definiu, não porque temesse que a natural e esperada maledicência, pudesse afetar o seu prestígio por alguém que pudesse afetar o seu prestígio por alguém que pudesse, na falta de melhor argumento, denegrir o partido ligando-o à prática de fatos e atos considerados ilegais. Definidas as posições aqui se pronunciaram ARENA e MDB, cada um expondo os seus princípios dentro de absoluto respeito e, registradas as interpretações que nos cabe a nós do MDB dar sobre o enfoque como cabe à ARENA dar sobre os mesmos acontecimentos.

Recebi hoje, entretanto, Sr. Presidente, e isto talvez nunca nos tivesse causado tanto dissabor, de colegas de minha bancada, a queixa, de que no programa de hoje, programa político da TV-Iguaçu Canal 4, de responsabilidade do ex-deputado Cândido Martins de Oliveira, o Sr. Deputado Dácio Leonel, vinculou o comunismo ao MDB e procurou explorar vantagem da ARENA, em razão da prisão do Presidente do MDB de Londrina, Dr. Luiz Gonzaga, alegando que se trata, quando o MDB faz oposição de técnica cominista. Sr. Presidente, apenas quero fazer um registro, de que se o nosso Presidente, Dr. Euclides Scalco, se já não o fez, em nome da bancada, vou solicitar da Presidência do meu Partido, a requisição da gravação deste pronunciamento, para uma verificação daquilo que foi dito em relação do MDB. Custo a crer, e quero declarar a priori, que não creio, que alguém com o objetivo político eleitoral, possa descer a este degrau e usar da desgraça de um brasileiro, com fins politiquieiros. Mas, se houve isso, também fica registrado, Sr. Presidente, que nós iremos apurar as responsabilidades civis e criminais do autor, seja da injúria, da difamação ou calúnia assacadas contra o MDB.

Era só. (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já por diversas vezes, mesmo quando exercíamos o nosso mandato de vereador, no município de Guarapuava, tivemos a oportunidade de alertar as autoridades responsáveis deste Estado, no que diz respeito ao problema da desmatação indiscriminada e do consequente aparecimento do fenômeno da erosão, na região do 3º Planalto do Paraná.

Tantas foram as vezes que chamamos a atenção desta autoridade, como também procuramos conscientizar e orientar os Srs. empresários rurais para as consequências nefastas que, hoje, o Paraná, presencia em regiões de elevada produtividade, Mas especificamente com relação à região de Guarapuava.

Lembramo-nos que, quando chamávamos a atenção para esse problema, éramos pouco ouvidos. E nenhuma atenção nos era dada.

Parece-nos que, nas ocasiões em que fazíamos estes reparos, não se acreditava que o fenômeno da erosão pudesse atingir uma região como aquela.

Com o fenômeno das últimas chuvas que caíram sobre a região e cujas consequências pudemos apurar, chegamos à conclusão que tínhamos razão na época, quando levantávamos, e discorriamos sobre a gravidade do problema.

Peço vênha, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para ler este estudo aprofundado que deve se constituir num documento da mais alta seriedade, não somente para nossa região, mas para todo o Paraná.

O estudo elaborado pelo Núcleo dos Engenheiros Agrônomos de Guarapuava, diz o seguinte:

“As constantes chuvas que recentemente atingiram todo o município de Guarapuava, causando prejuízos vultuosos nas lavouras e pastagens, tem preocupado não só os produtores diretamente atingidos, como também a todos quantos trabalham em atividades ligadas ao meio rural.

O Núcleo dos Engenheiros Agrônomos de Guarapuava, sensibilizado com o fato e consciente da necessidade de tomada urgente de providências destinadas a minorar a atual situação, realizou, através de seu técnico, o presente levantamento, o qual tem por objetivo alertar as autoridades municipais, estaduais e federais para a necessidade de o município ser enquadrado como área prioritária para a conservação do solo e, como tal, gozar também dos benefícios da recente legislação federal destinada a outras áreas do Estado e Nação.

Nosso trabalho também inclui uma série de fotografias, de lavouras de diversas áreas do município e que, em seu conjunto, dão uma idéia bastante significativa do problema da erosão em Guarapuava”.

Em razão, Sr. Presidente, dessas observações, o que quer nos parecer, que quando se fala em erosão neste Estado, as atenções se voltam automaticamente, tão simplesmente, para a região Noroeste do Estado.

(Lendo): “Em estudos efetuados, foram levantadas algumas hipóteses para uma primeira colocação das causas do fenômeno da erosão dos solos.

Entretanto, quando o homem entra neste meio, passa a modificar a cobertura vegetal, substituindo a existente por outra, que lhe propicie a subsistência, interferindo assim em um sistema que antes estava em equilíbrio. Esta intervenção pode apresentar resultados mais ou menos drásticos dependendo das características dos outros dois subsistemas representados pelo solo e pelo clima.

Normalmente, quando uma nova área é ocupada, o agricultor visa uma maximização da renda a curto prazo, “explora” o solo, pensando apenas em tirar o mais rápido possível, o capital investido.

Por outro lado, existem técnicas que permitem ao agricultor reduzir bastante a erosão, sem comprometer sua retirada de renda, que lhe permita a subsistência, e ao mesmo tempo, extrair produções compensadoras, em relação aos investimentos feitos.

Ao se considerar que seriam necessários 400 a 1000 anos para se formar um cm. de solo, pode-se deduzir que a perda por erosão, admissível, seria de 0,3 toneladas por hectare ao ano, com vistas a este prazo para sua formação.

O produtor rural, normalmente, pensa nesta maximização

dos lucros a curto prazo, um ou dois anos, e não a longo prazo, gerações como devia-se pensar.

Aí se coloca o problema da mudança de mentalidade, para fazer o produtor pensar a longo prazo e completamente esclarecido sobre onde está o objetivo cabal”.

Sr. Presidente, neste documento foi feito um levantamento dos prejuízos a determinados agricultores.

(Lendo): “De uma área prevista de 48.000 ha., ainda não plantada, os prejuízos foram representados por perda no preparo do solo e aplicação de herbicida. A perda do preparo do solo pode ser estimada por Cr\$ 84,00 p/ha., isso aproximadamente 60 por cento da área total a ser plantada, que representa um prejuízo na ordem de Cr\$ 2.419.200,00. Por outro lado, com referência às perdas de aplicação de herbicida, está na ordem de 20 por cento da área total a ser plantada, correspondente a um montante de Cr\$ 90 2.400,00.

Resumindo, podemos afirmar que as perdas diretas na cultura da soja, devido à erosão, representa um montante de Cr\$ 3.321.600,00.

E continua o documento no que diz respeito à cultura do arroz, que foi estimado um prejuízo total de Cr\$ 4.936.800,00; no milho, Cr\$ 2.320.000,00; no trigo e na aveia um prejuízo na ordem, pelos mesmos motivos, de Cr\$ 3.900.000,00, perfazendo um total de Cr\$ 14.478.400,00.

Também, as pastagens foram atingidas por este fenômeno, causando prejuízos na ordem de Cr\$ 208.000,00.

Quer nos parecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que para grandes males, grandes remédios, será até, a continuar como está, que, os organismos de crédito adotassem o sistema de crédito seletivo na agricultura, ao propiciar financiamentos. Porque não nos parece existir outro meio, pelo menos a curto prazo, para que se possa coibir abusos que aqui eu qualifico como abuso e abuso é que vem se fazendo destruição do solo, quando pensa o agricultor que está produzindo para seu País e na realidade está contribuindo a manter sua conduta atual, para que este País e este Estado ...

O SR. LÁZARO DUMONT — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, é com imensa satisfação que estamos presentes na tarde de hoje, para ouvir o discurso de V. Exa.

Realmente, um dos crimes que se comete no Paraná é exatamente com o desmatamento que já houve indiscriminadamente fazendo com que nosso Estado com grande parte do seu solo — não só na região oeste ou centro oeste, mas principalmente a região noroeste e uma centena de municípios — é totalmente retalhada por enormes crateras trazidas pela erosão. E recentemente, lendo um trabalho de um ex-Deputado, quando se iniciavam os trabalhos legislativos no Estado do Paraná. Dr. Romário Martins, dizia ele quase no início do século, de que, o Paraná, irremediavelmente, seria um deserto. E ninguém acreditou. E hoje estamos vendo como V. Exa. está fazendo oportunamente, denúncias da região que V. Exa. tão dignamente representa nesta Casa, a região de Guarapuava. E não se pode culpar somente os Governos, por esta omissão e por este crime que se comete no Paraná, mas sim também os proprietários e principalmente os madeireiros, que transformaram nosso Estado num deserto, construindo, no meio de nossas matas, serrarias, com o único fito de ganância de se encherem cada vez mais, e colocarem em outros Estado inclusive indústrias, fazendo com que nosso Estado atravessasse o que está atravessando.

Tem razão V. Exa. quando diz de que uma das medidas a serem tomadas seria realmente a medida drástica, no que concerne a financiamentos e proprietários rurais. Primeiro, de que as reservas proventura existentes no Paraná que no seu desmatamento se conserve pelo menos 30 por cento e nas demais propriedades do Paraná se exija um reflorestamento de no mínimo 20 por cento, para se conseguir novos financiamentos em qual-

quer estabelecimento de crédito.

Parabenizo a V. Exa. e nesta oportunidade, se V. Exa. me permite, fazer as minhas palavras que V. Exa. está pronunciando na tribuna desta Casa.

Meus parabéns, nobre Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Trajano Bastos, V. Exa. levanta para esta Casa um problema talvez o mais sério, em termos mais sérios, que é o problema da erosão.

Os nossos erários estão sangrando e a maior exportação que estamos fazendo no momento, é do nosso solo, mas, infelizmente, todos nós pensamos, sabemos disso, mas não tocamos nas raízes.

O aparte do nobre Deputado Lázaro Dumont, diz que o Governo não é o único culpado. V. Exa. também apela para os pecuaristas e proprietários de terras. Agora eu pergunto, não será o Governo o único responsável pela permissão que dá em se plantar em áreas não apropriadas? Não será o Governo o único responsável por fazer campanhas para o aumento do plantio das áreas cultivadas, não será o Governo o único culpado por participar de financiamentos que não são feitos ao agricultor, mas ao industrial de implementos agrícolas? Não será o Governo o único culpado no afã de, apenas olhando a economia, apenas procurando divisa através do soja, do café, da própria madeira, divisas para este País que não são consumidas pelo petróleo, porque os 10 por cento dá o limite, os 300 milhões de dólares que iremos gastar a mais, é menos do que os 350 milhões de dólares que estamos gastando com viagens e turismo num país sub-desenvolvido e estas palavras são do Ministro da Fazenda na CPI que investiga as multinacionais, 350 milhões de dólares são gastos com turismo neste País sub-desenvolvido, repito.

Irá o Governo diminuir a produção para gerar divisas, divisas para serem gastas na compra de motocicletas para infestarem as garagens da pequena e média burguesia deste País?

Terá o Governo coragem de dizer: "Plantem menos soja, guardem nosso solo?". Esta é minha pergunta.

Falou-se do madeireiro, mas o IBDF é o primeiro responsável. Foi o IBDF que permitiu a criação de inúmeras agiotagens de reflorestadoras que estão aí a criar problemas aos madeireiros que, na sua boa fé, foram iludidos. Foi o IBDF que criou uma lei que só ele soube criar, que só se pode plantar árvores no plano ou declividades inferiores a determinado grau, quando, na verdade, para efeito de reflorestamento, deveríamos estar reflorestando, exatamente, as partes mais íngremes do nosso território. E é o que estamos vivendo, reflorestou-se em Ponta Grossa, terras que deveriam ser cultivadas. Reflorestou-se os campos de Guaruva, terras que eram para agricultura e pecuária.

Enquanto isso, as montanhas, as partes mais acidentadas do centro do Paraná e as partes acidentadas do Sudoeste estão sendo comidas pela erosão.

Quero saber se o Governo tem topete para diminuir os financiamentos aos industriais dos implementos agrícolas e dos insumos. Se vai parar de financiar as multinacionais que impingem ao nosso agricultor aquilo que interessa a elas, e não aos agricultores. No momento em que o Governo tiver essa coragem de dizer: "Não plantem onde não se deve", aí eu acredito, combatemos a erosão. Do contrário, teremos aqui um novo Saara, porque o Saara no tempo dos romanos ainda apresentava vegetação. E hoje dia a dia, se aumentou, estão os países do Sael em plena miséria. E nós talvez tenhamos que passar por isto.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço o aparte esclarecedor de V. Exa. que tantos conhecimentos oferece na tarde de hoje.

As perguntas que V. Exa. faz ficarão no ar e serão ou não respondidas por quem de direito.

Logo no início desta legislatura um dos primeiros pronun-

ciamentos que fiz desta tribuna foi no sentido de reclamar para o Paraná a criação de um Distrito Florestal e que fosse incluído dentro da planificação cujos objetivos estão definidos no Decreto Lei 6306, de dezembro de 64, que criava doze Distritos Florestais no País, com a intenção de fazer com que o Brasil se reflorestasse, para que nosso consumo de papel e celulose fosse atendido sem os perigos que hoje corremos de uma sub-produção.

Tem razão o Deputado Deni Schwartz, quando faz esta observação no que diz respeito às medidas que atualmente toma o Governo do País.

Mas também que se faça justiça, apelando para a consciência daqueles que exploram o solo para que olhem para o futuro, para que olhem com espírito mais amplo...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado, não estive durante todo seu pronunciamento nesta Casa, mas eu que acompanho e conheço de perto um pouco do problema da erosão do Paraná, não poderia deixar a V. Exa. a oportunidade deste aparte.

Mesmo porque sempre que V. Exa. vai à tribuna, leva consigo assuntos sempre de relevante importância para o nosso Estado.

Sobre a erosão tive oportunidade, recentemente, de tecer considerações mais precisamente na nossa região do Arenito do Caiuá. Mas, naquela oportunidade, fui impedido, parece-me por falta de tempo, para discutir o assunto. Mas eu quero, inicialmente, parabenizar-me com V. Exa. por trazer o assunto e discorrer sobre ele, com o conhecimento de causa que tem e, inclusive, procurando soluções que é a do reflorestamento para combate à erosão rural e urbana.

Mas eu pedi o aparte também, para que nós façamos justiça ao Governo Federal e ao Governo do Estado no que concerne ao combate à erosão.

O Deputado Deni Schwartz que foi Prefeito Municipal, também conhece como nós, e há muito tempo, os municípios combatiam a erosão nos seus perímetros urbanos é lógico, quase sempre com recursos próprios. De poucos anos para cá, não posso precisar, Sr. Deputado, é que os municípios têm, através de convênios com a então Secretaria de Viação e Obras Públicas, combatido a erosão urbana no Paraná. E digo mais, graças aos esforços dos municípios conjuntamente com o Estado, através do DOE, é que algumas cidades do Paraná não desapareceram, não foram tragadas pelas fendas erosivas. E nós estamos presenciando no Paraná e através também da Secretaria de Planejamento, de conseguirmos após apresentação de um plano primeiro no País, um projeto, um estudo, um plano de combate à erosão urbana e rural. Também conseguimos através de convênio com a União, a União através do Ministério do Interior, recursos que vão da ordem de 700 milhões de cruzeiros para serem aplicados num período de cinco anos.

Na verdade, todos sabemos que não é fácil combater a erosão rural, além de dispendiosa é difícil.

E não é com um passe de mágica, de um dia para outro, que o País, o Estado, haverão de dar condições a todos os lavradores para evitar esse grande mal que é a erosão, que desvaloriza nossas propriedades, diminui nossa capacidade de produção.

Daí, nobre Deputado, não poderia deixar de me congratular com V. Exa. porque, realmente, esse assunto é sério e muito importante para todos nós, principalmente para a região do Arenito do Caiuá.

V. Exa. está falando sobre um assunto que todos conhecem muito bem. Mas, nobre Deputado, devemos fazer justiça, porque o Estado e a União estão vindo de encontro ao atendimento, ao combate deste grande mal que ameaça a economia paranaense e porque não dizer a economia nacional.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço o aparte de V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

O SR. TRAJANO BASTOS — Já concederei, apenas quero responder o honroso aparte do ilustre Deputado Basílio Zanusso.

Nobre Deputado, V. Exa. talvez não tivesse ouvido meu pronunciamento logo de início, quando fiz questão de ressaltar que este pronunciamento não se caracteriza, propriamente, numa crítica ao Governo.

Conhecemos o problema e sabemos que o Governo não é o único culpado. O que reclamo, Deputado, e quero alertar com este pronunciamento as autoridades responsáveis por este setor, neste Estado, porque, quando se fala em erosão no Paraná, os olhos se voltam à região que V. Exa. citou. Porque, quando falávamos em erosão no Terceiro Planalto, éramos tido até como falsos profetas. Não acreditavam que a erosão atingisse o Terceiro Planalto.

E hoje, depois das últimas chuvas, tivemos um prejuízo, naquela área, de aproximadamente 15 milhões de cruzeiros. Prejuízo este causado pela erosão mas, no fundo, é causado pela imprevidência, não só do Governo, mas também dos empresários rurais.

Tenho dados aqui, Srs. Deputados, de que a área primitiva de 167 mil, 827 km quadrados, de matas, até 1965, foram destruídas 119 mil 688 km quadrados. Portanto, 70 por cento da mata original.

Em média, são derrubados, anualmente, 2 mil e 500 km quadrados de matas. Passados dez anos, de 65 a 75, mais 20 mil km quadrados de matas foram destruídas.

Em 75, restam apenas no Paraná — attem para estes dados, Srs. Deputados — restam apenas 26 mil km quadrados, o que corresponde à insignificante porcentagem de 30 por cento das matas originais deste Estado.

Daí então, que se registre este apelo, para que seja olhado com a seriedade necessária, para que amanhã ou depois, não sejam responsabilizados pelas gerações futuras de termos cometido ou estarmos continuando a cometer, o crime da imprevidência.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente quero cumprimentar V. Exa. e dizer que, V. Exa., nesta tarde, faz um pronunciamento sério, demonstrando a preocupação com os setores responsáveis pelo sustentáculo da economia paranaense, que é exatamente o setor agrícola.

O Deputado Deni Schwartz, embora discorde de alguns pontos de seu aparte, devo confessar, tem alguma razão quando diz que áreas altamente produtivas e não sujeitas à erosão, foram aproveitadas para o reflorestamento com prejuízo daquelas que dizer ser mais econômicas e não o foram.

Mas, além desse problema, queria apenas, para colocar o Governo do Estado e da Nação dentro do problema, dizer que há uma preocupação de se levar ensinamentos, orientação, melhor técnica de aproveitamento do solo. O Governo vem de conseguir substanciais recursos para que se implantem escritórios da ACARPA por um convênio do Estado, Município e União, em todos os municípios do território paranaense, para que se comece a arar a terra com técnica, com curvas de nível, para que não haja desgaste na cabeceira de riachos, exatamente quando hoje a Copel nos anuncia que nosso potencial energético está comprometido, porque a terra que é lavada, a areia invade o leito dos rios, diminuindo o curso de água, com diminuição da capacidade dos reservatórios.

Mas, desejava, eminente Deputado Trajano Bastos, que representa os Campos Gerais, o Terceiro Planalto, e em especial, a região de Guarapuava — a região que encanta os olhos vista de cima com seu tapete e dourado de acordo com o cultivo da terra, que entusiasma e alegra os olhos de quem a vê — dizer que, talvez, aqueles homens não se apercebam do perigo que as enchentes, as águas causam à terra e aos agricultores.

Nós no sudoeste verificamos agora, com as chuvas, o prejuízo que os agricultores tiveram. O prejuízo foi total porque eles preparam a terra e a chuva levou o adubo e a terra. Tudo, terá que ser feito novamente com custo maior e com prejuízos maiores.

Quem me dera, eminente Deputado, que o combate à erosão rural não fosse tão onerosa, tão demorada e tão difícil de ser combatida, a não ser com medidas preventivas. Acredito que Poder Público nenhum terá condições de combatê-la, depois de existir.

Mas, convocaria V. Exa., eminente Deputado Trajano Bastos, para que na próxima segunda-feira, se a data não for adiada, discutisse nesta Casa com o Secretário dos Negócios da Agricultura, que aqui estará com toda a sua equipe, para discutir com os Srs. Deputados, seu plano de ação para 1976.

Nesta oportunidade, talvez pudéssemos preconizar junto a S. Exa. o fato de que será muito importante para o futuro do Paraná, as medidas preventivas, do que estas propriamente do pretendido aumento da produção indiscriminada.

É uma pena que o Paraná tenha a sua economia calcada na produção agrícola. Nós não podemos fugir a este chamamento porque a produção dependemos todos nós. Felizmente, não se carimba o grão de feijão, soja, trigo com "Made in Paraná". Infelizmente isto não acontece com os pneumáticos, com as peças, com os tratores que são indispensáveis para a mecanização da lavoura.

Quero acreditar que o que nos falta é maior apoio no tocante aos ensinamentos técnicos, de fiscalização, de adoção de medidas capazes de corrigir. Não adianta somente corrigir, e preciso que medidas preventivas sejam tomadas. E as medidas preventivas V. Exa. preconiza bem. O alerta que V. Exa. dá, numa ante-véspera da visita do Secretário da Agricultura, que vem para discutir o plano do ano que vem e poderá modificá-lo se nossas sugestões forem oportunas, é mais do que oportuno e até necessário.

Parabenizo-me com V. Exa. e o cumprimento, esperamos que tenhamos a oportunidade de fazer com que S. Exa. o Secretário de Agricultura, se responsabilize do dever que tem para com o futuro do povo. Muito obrigado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Ilustre Deputado Ivo Thomazoni, agradeço o aparte que V. Exa. me oferece e sinto-me muito honrado quando o recebo de V. Exa. pelo respeito e pela admiração que cultuo pela conduta de V. Exa. como Deputado, representante do povo do Paraná, nesta Casa.

V. Exa. faz menção às belezas naturais da minha região. Realmente V. Exa. tem razão. Mas não sei, se eu me apavoro, porque quando menino ainda, eu podia presenciar e encher os olhos com a beleza de minha região; hoje, aquela beleza de então está sendo minada, cortada pelo fantasma da erosão. É um fato que me entristece e preocupa. Daí a minha presença nesta tribuna hoje, para apelar a quem de direito, apelar à consciência daqueles que exploram a terra, para que pensem em termos de futuro, em termos de Paraná e em termos de Brasil.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Trajano Bastos, ouço com muita atenção o discurso de V. Exa. e até certo ponto constrangido e aborrecido.

V. Exa. debate na tribuna, um problema que entendemos de alta valia e de alto patriotismo. Mas devo dizer a V. Exa. que o IBDF foi criado por Lei em 1933, sem todavia ter criado a lei dos incentivos fiscais que veio após 64, e que deu origem a certos desacertos.

O Deputado Deni Schwartz, em seu aparte brilhante, entende que o Governo é o único responsável pela devastação desordenada dos pinhais e matas do nosso Estado.

Permita-me V. Exa. — que se conscientize os industriais, os pecuaristas, lavradores, que analisem com carinho este importan-

te desmate. E digo mais: que conheço a firma Albino Sugelin, que se estabeleceu em 1930, e seu primeiro passo foi plantar o pinhão, para que com ele garantisse as condições dele mesmo e, patriota que é, do avanço de seu volume na serraria.

Então, o que no nosso entender, no nosso modesto modo de entender, repito, ocorre, é um pouco de falta de patriotismo de alguns paranaenses. E V. Exa. está hoje na tribuna, alertando os paranaenses, agricultores, pecuaristas e lavradores que têm o dever sacro acima de tudo, de reservar o patrimônio, para seus filhos e netos, e não só prevalecer-se da ganância do hoje e o amanhã.

V. Exa. colocou muito bem a problemática e eu recordei, Deputado Trajano Bastos, que em 1968 recebi aqui um grupo de políticos do município de Palotina que aqui vieram à minha procura, para que fosse ao IBDF conseguir para ele autorização para devastação total das áreas para o plantio de soja.

E qual não foi a minha surpresa, quando disse que não pegaria esta parada, qual não foi a minha surpresa quando disseram que nestas condições não interessava ao Deputado e eu respondi a Comissão que procurou: a mim interessa, acima de tudo, a defesa do futuro do Paraná, que é a defesa dos meus filhos e netos e a segurança do Brasil de amanhã. Agradeço o aparte que muito me honrou, na certeza de que aqui estarei para colaborar com V. Exa. desde que não sejam os governos os responsáveis, mas aqueles que devastam de qualquer forma e título, objetivando exclusivamente o dinheiro do hoje e do amanhã, repito.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre orador que dispõe de dois minutos para o encerramento de seu pronunciamento.

O SR. TRAJANO BASTOS — Já encerro. Sou eu que devo agradecer ao nobre Deputado Leopoldo Jacomel. O aparte de V. Exa. me honra profundamente, e sei que V. Exa. também é conhecedor profundo deste problema e um defensor incansável das causas do Paraná. No entanto, para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo dizer que estarei presente na reunião com o Sr. Secretário da Agricultura e farei questão de levar ao conhecimento daquelas autoridades este problema angustiante que assistimos na minha região. Quero também, nesta oportunidade, propor um requerimento à deliberação da Casa, no sentido de que este estudo elaborado pelo Núcleo dos Engenheiros do Estado do Paraná seja levado ao Governador do Estado e à Secretaria dos Negócios da Agricultura, para que eles possam sentir mais de perto este problema que tanto aflige a minha região e ao Estado do Paraná.

Quero, antes de finalizar, agradecer a todos os apartes que me foram dados e apelar aos Srs. Deputados que compõem esta Casa para que façamos um esforço total para que este fenômeno da erosão seja combatido com todas as forças no nosso Estado, porque, queremos crer e me perdoem os Srs. Deputados se eu fico um tanto duvidoso quando abordo este problema que me é recomendado, medidas paliativas não vão à profundidade da do mal, combatem apenas sintomas, fazem medicina sintomática, do mal. Quero crer, e se eu estiver errado, o futuro que me perdoe, mas diante da gravidade deste problema seria de se propor ao Governo deste País que determinasse aos organismos de créditos que adotassem o sistema de crédito seletivo e só concedessem financiamento para a agricultura, para o pecuarista que tivesse um plano de aplicação deste financiamento, para que problemas desta ordem e gravidade, não venham a se repetir.

Era isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Esta Presidência tem a satisfação e a honra de anunciar a presença neste plenário do Sr. Deputado Federal Alencar Furtado, 2º Vice-Presidente da Câmara Federal.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 93/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 197/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Jandaia do Sul, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual de Jandaia do Sul, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 94/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 198/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o município de Florai, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Honório Fagan, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 95/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 199/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Cruzeiro do Oeste, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Nísia Floresta, da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 96/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 201/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Terra Roxa, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Carlos Gomes e o Grupo Escolar Artur Costa e Silva, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 97/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 203/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Carlópolis, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 98/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 204/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado através da Secretaria da Administração e o município de Carlópolis, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 99/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 206/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Rolândia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Souza Naves, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 100/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 207/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Congoninhas, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona a Casa Escolar Santa Maria do Rio Peixe, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 100/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o termo de Convênio celebrado entre o Estado através da Secretaria da Administração e o Município de Congonhinhas, em 22 de julho de 1975, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona a Casa Escolar Santa Maria do Rio Peixe, na sede daquele município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

a) ACCIOLY NETO - Presidente

a) WALDENICIO BARBALHO - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 207/75

Através da Mensagem n.49/75, é encaminhado para referendo desta Assembléia Legislativa, o termo de Convênio celebrado entre o Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Congonhinhas, em 22/7/75, com a finalidade de execução de reparos no prédio onde funciona a Casa Escolar Santa Maria do Rio Peixe, na sede daquele município.

De acordo com o estabelecido na Constituição do Estado, é de competência do Sr. Governador a celebração de Convênios, ad referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os objetivos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Aludido Município.

Assim, temos a nos manifestar favorável a Proposição nº 207/75, opinando-se pela sua aprovação nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões em

a) ACCIOLY NETO - Presidente

a) WALDENICIO BARBALHO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 101/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 209/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Congonhinhas, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde, da sede do referido município. **Parecer favorável da CCJ - Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 101/75

À Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Congonhinhas, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde, da sede do referido Município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975

a) ACCIOLY NETO - Presidente

a) NILSO SGUAREZI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 209/75

Acompanhado da Mensagem Governamental n.49/75, de 28 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 22 de julho de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração,

com o município de Congonhinhas, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Posto de Saúde, da sede do referido município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO - Presidente

a) NILSO SGUAREZI - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 102/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 211/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria do Interior, com o município de Porecatu, objetivando construção, na sede daquele município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Parecer favorável da CCJ. - Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 102/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 25 de agosto de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria do Interior, com o município de Porecatu, objetivando a construção, na sede daquele município, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO - Presidente

a) DÁCIO LEONEL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 211/75

Visa a presente Proposição n.211/75, oriunda da Mensagem Governamental n.60/75, o referendado desta Assembléia Legislativa aos termos do Convênio celebrado em 25 de agosto de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria do Interior, com o município de Porecatu, objetivando a construção, na sede daquele município, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

De acordo com a Constituição Estadual, é de competência exclusiva de S. Exa. o Sr. Governador do Estado a celebração de convênios ad referendado deste Poder Legislativo.

Analisando-se os objetivos de convênio celebrado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Município acima citado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO - Presidente

a) DÁCIO LEONEL - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.103/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.212/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de

Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 103/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 212/75

Acompanhado da Mensagem Governamental 61/75, de 12 de setembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 29 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Cumpr o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 104/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 214/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Wenceslau Braz, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Sebastião Paraná, da sede do referido município. **Parecer favorável da CCJ.— Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 104/75.—

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Wenceslau Braz, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Dr. Sebastião Paraná", da sede do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 214/75

Acompanhado da Mensagem Governamental 63/75, de 12 de setembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Wenceslau Braz, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Dr. Sebastião Paraná", na sede daquele município.

Cumpr o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 105/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 215/75 que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando ampliação de prédios para Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede do referido Município. **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 105/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 27 de agosto de 1975, ao Convênio celebrado em 08/03/75, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a aplicação do prédio da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 215/75

Acompanhado de Mensagem Governamental de 12 de setembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo Aditivo datado de 27 de agosto de 1975, ao Convênio celebrado em 08 de março de 1974, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a ampliação do prédio da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede do referido Município.

Cumpr, o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 106/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 216/75 que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e da Secretaria do Interior, com o Município de Santa Izabel do Oeste objetivando construção de prédio destinado à Unidade Sanitária da sede daquele Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 106/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

m R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 27 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e do Interior, com o Município de Santa Izabel do Oeste, objetivando a construção de prédio destinado a Unidade Sanitária da sede do Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 216/75

A Mensagem Governamental 65/75, originária da Proposição em tela, encaminha para fins constitucionais, cópia do Termo de Convênio celebrado em 27 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Saúde e Bem Estar Social e do Interior, com o Município de Santa Izabel do Oeste, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária da sede do referido Município.

De acordo com o preceito constitucional, é da competência do Sr. Governador a celebração de convênios, ad referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os objetivos do convênio celebrado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do referido Município.

Nestas condições o nosso parecer é favorável à Proposição opinando-se pela sua aprovação nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar, a presença no Plenário da Assembléia Legislativa, acompanhados pelo Presidente desta Casa, Paulo Camargo, dos Srs. Deputados Vitorino James, Presidente da UPI, Deputado Paulo Duque e Vilmar Palles.

Fica suspensa a sessão, a fim de que os Srs. Deputados possam cumprimentar e prestar as homenagens desta Casa aos ilustres visitantes.

— (É suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 108/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e do Interior, com o município de Rio Bom, em 29 de agosto de 1975, objetivando a construção na sede daquele município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 219/75

A Mensagem 68/75, originária da Proposição 219/75, capeia, para os fins constitucionais, cópia do Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e Secretaria do Interior, com o Município de Rio Bom, objetivando a construção na sede daquele Município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

De acordo com preceito constitucional, é de competência privativa do Sr. Governador a celebração de convênios, ad referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os objetivos do convênio celebrado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do referido Município.

Assim temos a nos manifestar favorável à Proposição 219/75, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidnete

ADALBERTO DAROS — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do menor Lúcio Setogutti, ocorrido em Goioerê. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Raul Rodrigues Gomes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que a Secretaria da Fazenda, proceda a antecipação do pagamento da quota parte ICM devida aos municípios. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Secretário de Recursos Humanos, no sentido de que promova estudos que venham a assegurar um teto mínimo de proventos, igual ao salário mínimo vigente na região, ao funcionário público aposentado por implemento de idade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser proposta alteração na Lei nº 6364. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 108/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 219/75 que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e do Interior com o Município de Rio Bom, objetivando a construção na sede daquele Município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

Messias, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo às Bancadas federais da ARENA e MDB de nosso Estado, no sentido de dar apoio ao Projeto de Lei 1037/75, de autoria do Sr. Deputado Argilano Dario. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que sejam determinadas providências para continuidade e conclusão da BR 277 Irati Relógio — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de determinar providências cabíveis para coibir abusos de financeiras na cobrança de juros e correção monetária nas operações de créditos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que sejam fornecidos, através daquela Pasta, materiais para educação física, didáticos e para uso da Secretaria do Ginásio Estadual "Alberto Santos Dumont", situado em Cafelândia. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilson Fortes, previamente inscrito para saudar os deputados cariocas que hoje nos visitam.

O SR. WILSON FORTES — Exmo. Sr. Deputado Paulo Camargo, digno Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Vitorino James, Presidente da União Parlamentar Interestadual; Exmo. Sr. Paulo Duque, da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro; Exmo. Sr. Deputado Wilmar Pales, também da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro; Exmo. Sr. Deputado Aginaldo Pereira Lima, 1º Secretário de nossa Assembléia, Deputado Mauricio Fruet, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

(lendo): "Incumbiu-me o Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, saudar S. Exas. Deputados Vitorino James, Paulo Duque e Wilmar Pales. Desincumbo-me da missão com honra e satisfação. Honra por poder retribuir nesta Casa as gentilezas que o Presidente da UPI tantas vezes nos tem proporcionado. Satisfação por podermos rever um amigo nosso e intransigente defensor do Poder que representamos.

A visita de V. Exas. significa a vontade de estreitar os laços de amizade parlamentar, o rejuvenescimento do Poder Legislativo, traduz a fé no representante do povo, afirma a necessidade da presença do legislador no processo de aperfeiçoamento das nossas instituições.

Sr. Presidente da UPI, Srs. Deputados.

O Brasil conhece sua luta pela afirmação dos legislativos estaduais. Revestiam-se os Representantes das unidades federais de uma entidade que os congregasse, que os unisse no diálogo, que os mantivesse informados e que propiciasse tomada de medidas em conjunto. V. Exa. Deputado James, incumbiu-se desta tarefa. Organizou a entidade e dirige-a com desprendimento e devotamento.

O Poder Legislativo, embora o mais legítimo, sente, neste oco do Século XX, que os polos decisórios fogem de sua alçada. O fenômeno não é propriamente particular do Brasil, é sintoma de todas as democracias livres. A centralização dos executivos, detentores da máquina de informação, respaldados pela tecnocracia, posta a seu serviço, transferiram para outras esferas, alheias aos legislativos, as decisões que respeitam a "res pública".

Não concordamos com Camus de que o "Poder seja triste", mas não podemos dar razão àqueles que afirmam que o Legislativo "é o poder que não pode". Efetivamente, a sociedade moderna não se concebe sem uma autoridade. A nossa formação democrática que concebe o Poder como oriundo do povo e em

prol dele deve ser revestido, não admite a inexistência do Legislativo. Este realmente, através de seus delegados, exerce o Poder em seu nome.

O Brasil recebeu das mãos de seu Presidente. General Ernesto Geisel, cuja sinceridade a todos cativa, nos delegou uma séria missão. Sabe o Presidente, sabemos todos, que o Legislativo Brasileiro, em todas suas esferas, perdeu substância, quer na esfera de iniciativas de leis, especialmente as mais importantes, quais sejam da área econômica.

Nós da ARENA, co-partícipes da obra que os governos vão realizando, sentimos a limitação que nos foi imposta. Sentimos que o polo das decisões finais, nas esferas dos Estados, não nos pertencem. Mas temos a consciência de sermos o elo entre o povo e o Executivo. Não conseguimos localizar a nossa real situação e nosso verdadeiro papel. Temos consciência da responsabilidade daqueles que em nós confiaram. Sabemos que partilhamos das realizações dos governos arenistas, todavia sentimos que algo nos falta.

Os legislativos estaduais têm por tarefa fundamental a sua atuação nos Estados, e em suas regiões, mas igualmente não podem manter-se alheios ao desenvolvimento da Nação, nem se que permanecer à margem dos graves problemas que afetam a Federação. Esta missão tem que ser cumprida. Esta tarefa tem que ser realizada. V. Exa., na qualidade de elo entre todos nós, na condição de filtro dos problemas e aspirações gerais, constitui-se para cada Parlamentar e para cada Casa Legislativa, um fermento dessa imaginação criadora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vitorino James para nós é um homem de fé no Poder Legislativo, é um arauto de esperança, quando muitos descreem, quando tantos são possuídos pelo desânimo. É sumamente importante para o político receber um alento de fé e esperança, quando em seu derredor cassandras preconizam futuro nebuloso. Nos momentos mais difíceis da sobrevivência do Legislativo, o Presidente da UPI, soube manter a sinceridade em infundir coragem no instante em que todos viam a nau representativa ir à pique.

Com estas palavras, Sr. Presidente, pretendo desincumbir-me da missão que V. Exa. nos delegou e que a liderança do Governo e da ARENA nesta Casa nos agraciou. Receba nesta terra das araucárias o calor de representantes desta gente que é a síntese do Brasil, pois aqui vivem brasileiros de todos os quadrantes. Receba as boas vindas dos parlamentares paranaenses que esperam aprender muito nestes breves momentos de sua permanência e especialmente aguardam a palavra do Deputado que crê no Poder Legislativo e na Democracia".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, também conselheiro da UPI, que irá saudar os Deputados visitantes em nome do MDB.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente Paulo Camargo, eminente Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná; Deputado Vitorino James, Presidente da União Parlamentar Interestadual; Sr. Deputado representante da bancada da ARENA Wilmar Talles; Sr. Deputado representante do MDB, Sr. Paulo Duque; Sr. 1º Secretário Jurandir Messias, Sr. 2º Secretário Mauricio Fruet, meus eminentes colegas.

Raros são na verdade, os momentos em que o Poder Legislativo transcende aquele cunho político partidário, que muitas vezes se caracteriza e que constitui na verdade o alicerce de sua vida.

Hoje, com a presença dos eminentes Deputados, do Presidente da UPI, Vitorino James, e ilustres acompanhantes representantes do Estado do Rio de Janeiro, nós nos detemos num momento de rara felicidade, para todos nós, para saudar um dos grandes propugnadores da consolidação do Poder Legislativo no País.

Não poderia fugir a uma congratulação com o ilustre ora-

dor que me antecedeu, eminente conselheiro da UPI, Deputado Wilson Fortes, ao definir a personalidade dos ilustres visitantes. Nós assim, também entendemos e naquilo que nos foi dado participar pessoalmente, desejo testemunhar que ao legislador que participa do Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas, é dada uma oportunidade de sentir em seu espírito ilevado os grandes objetivos da União Parlamentar Interestadual.

Temos acompanhado, e poderíamos nos alongar neste assunto, os capítulos que têm caracterizado a vida do Poder Legislativo em nosso País. Os momentos em que o próprio Poder Legislativo chegou a dominar e os momentos em que a sua situação não disse de perto, realmente, as suas tradições.

Há, por conseguinte, no próprio Direito, e assim o entendemos, um justo motivo na sua história, no seu desenvolvimento sociológico, grande ponto de apoio, creio eu, em que se estriba Vitorino James na sua luta de entendimento entre as Assembléias Legislativas tem levado ao ponto de se estudar e de se ir ao implantar de regras, para nós brasileiros, universais de regimento interno respeitada, na unificação pretendida, as tradições de cada Estado.

É no Direito que vejo este ponto de apoio porque, principalmente, nestes dois últimos séculos, a democracia tem feito como realmente, uma representação popular grandes e marcantes concessões ao Direito no campo social.

No sentido político vejo, além dessas concessões, as iniciativas valiosas que poderão conduzir a uma estruturação baseada e calcada no entendimento entre os Estados, tornando as suas reivindicações de ordem, quase, nacional.

Por isto comungando os anseios desta Casa, tenho a honra Deputado Vitorino James, de saudá-lo em nome do Movimento Democrático Brasileiro, como um grande incentivador e colaborador do entendimento entre a classe política brasileira. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Vitorino James.

O SR. VITORINO JAMES — Sr. Deputado ilustre Presidente, Paulo Camargo, ilustres e eminentes membros da Comissão Diretora; Srs. líderes de bancada, da Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Brasileiro; prezados e eminentes companheiros de tantas e memoráveis lutas cívicas e parlamentares, Deputados Wilson Fortes e José Muggiati Filho; Srs. homens da imprensa e do rádio e televisão; Servidores do Poder Legislativo; minhas Senhoras e meus Senhores.

Sr. Presidente, na tranquilidade, na austeridade e na serenidade deste plenário, recebi, com os meus dois ilustres e eminentes companheiros, Deputado Omar Pares, da Aliança Renovadora Nacional, Secretário Geral do nosso Partido, 2º Secretário do Poder Legislativo do Estado do Rio, e meu caríssimo colega Paulo Duque, do Movimento Democrático Brasileiro e uma das grandes expressões da nossa Assembléia pela sua extraordinária experiência de parlamentar, a sua vocação de homem público e de político, uma aula de consciência política e jurídica, uma demonstração inequívoca que, na comunicação serena e espontânea se cria, Sr. Presidente, na pesquisa dos conceitos e das idéias de fortalecimento da mensagem que nos cabe transmitir neste instante.

Não terei oportunidade de falar a V. Exas. com mais tempo. Duas razões: a primeira, a que peço perdão, nesta caminhada de quase dois meses — Sr. Presidente, V. Exa. é testemunha — sou um instrumento e nada mais, de uma mensagem que se transmite do Acre, ao Rio Grande do Sul, mensagem de otimismo e de confiança, mais do que nunca indiscutível, de fé inabalável nas instituições políticas e representativas.

Cabe a todos nós políticos, que temos as mesmas responsabilidades na condução do processo institucional brasileiro, reflexão, ponderação, mas coragem e afirmação.

Sr. Presidente, as repercussões e a conceituação do esvaziamento dos Poderes Legislativos não podem prosseguir sem uma

resposta à altura da classe política, e, ao momento de fazê-lo, quando o mais responsável pela condução da tranquilidade, do desenvolvimento e da integração nacional neste País que é o Chefe da Nação, o ilustre e honrado Sr. Presidente da República, Gal. Ernesto Geisel ter uma conotação paralelamente aos seus deveres e as suas obrigações, do Chefe de Estado, está dando à Nação e aos políticos, um exemplo e uma manifestação de confiança. Hoje, a grande responsabilidade da classe política é dar vida, alma e estímulo a este conceito, Sr. Presidente, do fortalecimento das instituições representativas e partidárias, legitimados no curso do processo revolucionário brasileiro, a Arena e o MDB têm as mesmas responsabilidades. Esta com o autêntico suporte de uma filosofia que se atua com a responsabilidade do exercício do Governo, e uma outra agremiação política no papel admirável, respeitável e digno do exercício amplo de uma oposição altaneira, patriótica, vigilante democrática. Se o espírito e a filosofia do processo brasileiro revolucionário fosse a manutenção de um regime ditatorial e de força, não se teria pretendido através instrumentos jurídicos e constitucionais legitimar a atuação e a vida pública deste País. Longe das perfeições, ainda muito longe da democracia que sonhamos, Sr. Presidente, nós os políticos temos força de criatividade e equilíbrio e serenidade para uma avaliação do conceito, na amplitude da federação brasileira de na reflexão nos momentos decisivos para decidirmos, criticarmos e mais que isto, somarmos nas horas difíceis às nossas experiências e às nossas vocações. Os partidos, conscientes dos seus deveres perante a Nação, os homens públicos, nós os políticos, que vivemos uma longa fase de angústia, de vicissitudes e por vezes de desesperanças, Sr. Presidente, jamais renunciemos ao nosso permanente otimismo e a nossa inquebrantável fé nas instituições representativas. Somos daqueles que temos feito por vezes até com a renúncia de princípios que afogamos na alma e no espírito, somos daqueles, Sr. Presidente que pregamos a unidade de civis e militares, a participação de operários e estudantes, de jovens e velhos, de homens e mulheres neste processo em que todos precisam e devem estar integrados, Sr. Presidente, manifestando sempre a firmeza das nossas convicções mas ao mesmo tempo, Sr. Presidente, pela visão do quadro político e pelas repercussões das crises internacionais, nós os políticos somos homens de extraordinária sensibilidade, sei que V. Exas. Srs. Deputados, como nós, não somos insensíveis aos quadros do terrorismo, da subversão e da corrupção internacional, com seus reflexos em nosso País.

Está aí a Europa sendo incendiada e países tradicionalmente conservadores vivendo amargas experiências e consequências imprevisíveis.

Não posso, por uma questão de respeito às normas de relacionamento internacional, Sr. Presidente, configurar mais detida e detalhadamente os espetáculos que assistimos em grandes e poderosas Nações como em outras que estão se desagregando porque infelizmente foi lançada a semente do ódio, das idéias anti-cristãs que é neste instante uma experiência e um laboratório de observação para todos os homens responsáveis deste país.

Quero dizer a V. Exa., Sr. Presidente e aos demais Deputados, que nós os políticos estamos fazendo um gigantesco esforço com todo o sacrifício e com todas as energias para darmos à Nação a moldura de uma complementação e estabilidade política e institucional.

Nós os políticos sabemos os instrumentos de auto-defesa que temos que exercer para impedir nas nossas agremiações políticas e partidárias a influência da propaganda de idéias que contrariam os princípios da ordem jurídica e constitucional do regime e, acima de tudo isto, as idéias que possam semear a discórdia, o ódio e a desagregação nacional.

Aqueles a quem incumbe a responsabilidade da segurança nacional, Sr. Presidente, estejam certos de que nós, nas trincheiras da ARENA e do MDB estamos vigilantes e ciosos da alta

responsabilidade que nos cai nos ombros. Estamos caminhando juntos, porque as siglas partidárias, os programas políticos, os princípios que nos congregam, a separação das divergências de conceitos e idéias, jamais poderão encontrar-nos desunidos, na hora em que o somatório de nossas energias é reclamado para se conceituar um clima de trabalho, de tranquilidade e de paz para a integração e do desenvolvimento nacional.

O que reclamamos é aquilo que pode ser conciliado e principalmente pelo nosso comportamento e pela responsabilidade que temos como homens públicos.

Sr. Presidente, é a vivência dos conceitos e das idéias e, acima de tudo, a afirmação de que é possível conciliar a liberdade com a democracia, a segurança com o desenvolvimento.

E nós, os políticos, somos indiscutivelmente o melhor instrumento para transmitir esta mensagem de confiança neste País, uma mensagem de exaltação ao comportamento do Presidente da República que quer o seu partido forte, e ao mesmo tempo sustentado direito por pleno exercício da oposição.

Este conceito, Sr. Presidente, que é o conceito maior para o fortalecimento das instituições políticas e representativas. Quanto aos reflexos, as repercussões, às modificações de conceitos jurídicos e constitucionais no desequilíbrio dos poderes, quando o espírito é a harmonia e a independência, são conjunturas que ocorreram no curso de um processo que se desencadeou numa velocidade inesperada. As comunicações, dimensionamento territorial a explicação demográfica, a conceituação de novos horizontes e a evolução do progresso tecnológico. Tudo isso, criou condições que transferiu a determinados poderes, uma força de execução muito mais forte que surpreendeu a todos no contexto filosófico da doutrina democrática.

Mas, ainda nos assiste, Sr. Presidente, nos foi conferida esta grande responsabilidade pela nossa sensibilidade, nós políticos, os homens de partidos, os detentores de mandatos populares e da confiança generosa do povo, somos nós aqueles que recolhemos permanente diálogo com as comunidades que representamos, com as angústias e sofrimentos cotidianos; com as esperanças somadas à confiança e ao permanente otimismo. Nós, os políticos, e os representantes do povo, somos os maiores veículos para nos comunicarmos com a Nação e integrar no espírito de unidade nacional, Sr. Presidente, uma filosofia de exaltação, de confiança, para que a Nação se mantenha cada vez mais unida no processo de trabalho, no custo do seu desenvolvimento histórico.

Quero dizer aos meus caros deputados, da Assembléia deste Estado do Paraná, que aqui estou, para encerrar uma cruzada que eu chamaria de cívica e política. As vossas frustrações, as vossas preocupações, são as mesmas em todos os recantos em que tenho procurado o diálogo e o contato das classes políticas. Mas nós, Sr. Presidente, temos suporte, civismo, e energias, para superar as conjunturas momentâneas. Um político, não pode ser um covarde, um político não pode temer às urnas; o político tem que estar permanentemente dentro de um processo de otimismo e de confiança.

Porisso, caríssimos deputados, ao agradecer a saudação dos ilustres conselheiros da União Parlamentar Interestadual, quero deixar uma mensagem e um apelo a todos vós, aos ilustres colegas da ARENA e aos bravos companheiros do MDB. Esperamos que esta Assembléia, que é um exemplo de tradição, de cultura, dentro do processo de evolução e aprimoramento dos Poderes Legislativos, se enquadre neste processo de renovação e de confiança, que através da União Parlamentar Interestadual, posamos todos juntos, somar os nossos esforços, às nossas meditações e às nossas evocações.

Sr. Presidente, por incrível que pareça, os meus olhos sempre contemplam, e a minha alma se ajoelha, diante daquilo que deslumbro e vejo com emoção o "CRISTO E A CRUZ" não é apenas simbolismo, não é uma tradição, é uma presença que mais do que nunca, evocamos em todos os instantes, para que, por

inspiração d'Ele, por força de Sua Extraordinária e magnífica inspiração, possa conduzir a V. Exas. e a todos os homens responsáveis deste País, a um conceito religioso que diz "quem reza unido, permanece unido".

Cristo, a Sua imagem, a Sua Cruz, permanente símbolo colocado em todos os Parlamentos brasileiros, é a união, é a paz, é a inspiração para nosso trabalho, para nossas vocações, para nossas dedicações.

Senhor Presidente, agradeço a V. Exa. e renovo meu apelo, caro Deputado Paulo Camargo, integre-se, cada vez mais, com seus companheiros, nesta formulação de renovação da União Parlamentar Interestadual, que nós, os políticos, sabemos nos compreender pelo diálogo, pela compreensão, pela discordância, pelo debate e pela conclusão de idéias.

Nós, os políticos, somos os mais interessados na união de civis, e militares, no conagraamento de todas as comunidades, para juntos, servirmos ao Brasil.

Quero que minhas derradeiras palavras, Sr. Presidente, com a consciência em paz, e humildemente, agradecemos a V. Exas. o exemplo que nos têm dado no exercício de seus mandatos, pelo prestígio do Poder Legislativo, dizer, alto e bom som, "é com a inspiração de Deus que conduziremos nossa cruzada, a fim de conceituarmos, cada vez mais, o prestígio e a valorização do Poder Legislativo. — (Palmas).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 14, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 612/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 11404, de 11 de novembro de 1975, deste Poder

RESOLVE :

designar, CÉLIA MARIA DE OLIVEIRA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Francisco Escorsin, até 31 de dezembro de 1975, a partir de 7 de novembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de novembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 613/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 11403, de 11 de novembro de 1975, deste Poder

RESOLVE :

designar, LETÍCIA DOMÊNICA GIANELLO GNOATO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado Ernesto Gnoato, até 31 de dezembro de 1975, a partir de 7 de novembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de novembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral